

*Luiz* X

SERVIÇOS DE APOIO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO  
análise de imprensa

SERVIÇOS DE APOIO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO  
Documento recebido em 15 Janeiro  
Distribuído em 16 Janeiro através  
do envelope n.º 16.JAN.80 00005  
para a reunião ordinária de

Jornais de 5 a 15  
de Janeiro de 1980

IMPrensa NACIONAL

No período em análise, cujo termo coincide com o início da discussão do programa do Governo pela A.R., podemos destacar três questões que mereceram um acompanhamento particularmente atento na Imprensa dos vários quadrantes políticos.

1. O DISCURSO DO P.R. na tomada de posse do VI Governo continua a suscitar reacções. Vários jornais, uns referindo-se-lhe directamente, outros não, têm dedicado largo espaço a textos que realçam os aspectos mais negativos da situação económica do país. Estruturas partidárias e analistas políticos afecto ao campo ideológico da AD, ora "lamentam" o discurso, ora colocam o "Presidente na oposição". Também um "grupo de militares moderados" teriam manifestado a sua oposição ao teor do discurso, segundo "O Comércio do Porto" que, no entanto, é o único jornal a mostrar-se conhecedor do facto, embora outros jornais se lhe refiram, mas sempre citando o matutino nortenho como fonte.

2. AS TENSÕES NO SEIO DA MAIORIA PARLAMENTAR, a AD, são objecto de largo acompanhamento por toda a Imprensa, o que é favorecido pela tendência - já indicada na análise anterior - da maioria dos jornais que fizeram campanha pela AD para se demarcarem do novo executivo e dos acordos que o tornaram possível.

A nota mais espectacular é dada, decerto, pelas declarações de Sousa Tavares sobre as "ambições" de Lucas Pires. O seu impacto foi, porém, logo moderado pelo líder dos "reformadores", que veio desmentir que o antigo director de "A Capital" fosse porta-voz do grupo em tal matéria.

3. AS CONTRADIÇÕES NO INTERIOR DO PS, na sequência da derrota eleitoral, expressamente reconhecida, não têm cessado de alimentar a imprensa desa-



fecta a esse partido, embora sejam minimizadas pelo "Portugal Hoje". Depois de repetidamente noticiadas e desmentidas as demissões de alguns elementos do Secretariado (normalmente considerados do grupo dos "históricos"), tudo parece agora apontar para uma saída mais discreta da crise, que poderá ser a demissão, em bloco e em jeito de gesto protocolar, de todo o Secretariado Nacional.

Dentre outras questões afluídas mais pontualmente, destaca-se a do regresso - ou não - de Lurdes Pintasilgo ao seu lugar na UNESCO. Vários jornais põem a tónica em que a solução do problema competirá a Belém.

A crise afegã e a tomada de posição do VI Governo sobre o assunto tem alimentado farto debate entre os jornais de todas as tendências. A extrapolação para a política interna portuguesa é constante, ao ponto de se invocarem paralelismos com "a invasão do Alentejo".

A visita do dirigente da extrema-direita espanhola, Blas Pinar, e a queixa apresentada na Polícia Judiciária contra "os responsáveis pela descolonização" recebem grande destaque na imprensa do quadrante mais direitista. Também aí, em "O Diabo", Kaulza de Arriaga publica um texto de duas páginas sobre "as Forças Armadas do futuro".

As Forças Armadas concitam ainda outro tipo de atenções, sendo a discrepância entre a Constituição da República e a legislação interna das FA objecto de um longo estudo de Gomes Cabral em "O Jornal". De mencionar, igualmente, as de clarções do novo ministro da Defesa ao "Povo Livre", e o artigo do c.R. Franco Charais no "D.N."

Este conselheiro, pelo artigo referido, e ainda Vitor Alves, por uma entrevista a um jornal brasileiro e pela sua actividade na organização do Dia das Comunidades, e Vasco Lourenço, objecto de uma notícia que considerou caluniosa, são escolhidos como alvos de ataques ao CR.

Haverá, por fim, que salientar, a susceptibilidade que rodeou a escolha do novo responsável pela Comunicação Social, e a presteza da actuação do VI Governo na remodelação do Conselho de Gerência da E.P. Notícias-Capital.

SACR, 15 Dez. 1980

SECRETÁRIO PERMANENTE  
CONSELHO DA REVOLUÇÃO



# Ramalho Eanes na oposição

ao nível das relações com o exterior

Tudo indica  
que o próximo

conflito entre  
Belém e S. Bento  
se deva verificar

ao nível das relações com o exterior



O DIA 9 JANEIRO 1980

## Ramalho Eanes já optou pela sua recandidatura

"O discurso da posse do Governo de Sá Carneiro foi sinal evidente de que Ramalho Eanes optou (...) por preparar a sua recandidatura, contra a AD se necessário", conclui José Miguel Júdice a dado passo da sua habitual análise política publicada no semanário "O Diabo". E em função daquela perspectiva, reconhece a seguir, "foi um discurso inteligente, porventura dos textos mais correctos que Ramalho Eanes leu desde que passou a ter acesso aos meios de comunicação social".

está em que tornou pública a opção estratégica do Presidente (...) de um modo que não permite dúvidas". E assim que José Miguel Júdice dá como completo o puzzle "dos dados políticos de partida", no qual faltava esta "informação relevante".  
"Explicita, então, as hipóteses já referidas, concluir-deduzir a última a primeira".

mandato". Entre essas dições cita-se o facto de julgar inconveniente a solução por ele escolhida.

Fundação Cuidar o Futuro

### As consequências da escolha do Presidente

8. JANEIRO 1980

Depois deste discurso de Ramalho Eanes tudo é diferente. Ou melhor, se o discurso tivesse sido outro, tudo poderia ser bastante diverso. O que só prova que Ramalho Eanes ainda não acabou e que vai vender cara a sua destruição. O que, talvez paradoxalmente, prova que a estratégia de não agressão gratuita, que Sá Carneiro escolheu, está correcta. É que agredir um animal ferido é sempre mais grave do que fazê-lo quando se julga em bom estado geral.

Mas se isto é assim, do discurso decorre também a necessidade para o Governo de clarificar com realismo a situação real do País e não hesitar em tomar firmemente as medidas adequadas. Uma estratégia de conciliação e de adiamento de decisões torna-se inútil perante o processamento previsível das estratégias concorrentes; designadamente a viabilidade de captação de quadros políticos existentes em áreas próximas do PS fica definitivamente arfumada. Eanes está atento para que isso não aconteça.

Finalmente este discurso marca objectivamente o início do período que se encerrará com a eleição do próximo Presidente da República. Não é ainda a abertura da campanha eleitoral, mas o começo de um processo político, com o seu ritmo próprio, que tende para a data das eleições presidenciais.

A primeira fase desse processo político tem a ver em especial com as Forças Armadas. Durante os próximos meses assistir-se-á a uma surda luta pela definição de uma hegemonia no que se poderá chamar o "partido militar". Ramalho Eanes irá fazer o que puder para evitar que no interior das Forças Armadas se possa formar qualquer espécie de consenso de mudança. Para ele trata-se de administrar o "statu quo" de modo tal que possa perfilar-se como o inevitável denominador comum no seu interior, para que não seja possível um candidato militar prestigiado vir a ser proposto pela AD. E isso não só porque dificilmente a AD encontraria um civil com perfil de vencedor, como também porque contra civis (ou militares já fora do seu mundo de origem) Ramalho Eanes dificilmente perderá as eleições.

A questão presidencial será pois a questão política fundamental de 1980. Bom será, para o próprio sistema político, que as várias forças em presença o não esqueçam.



# CPN: lamentar o discurso de Eanes

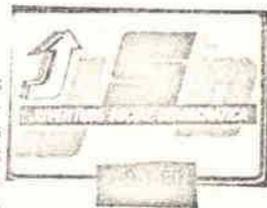
Reunida em Lisboa no dia 4 de Janeiro de 1980, a Comissão Permanente da Comissão Política Nacional da JSD decidiu tornar público o seguinte comunicado:

- 1.º Congratular-se pela formação do VI Governo Constitucional e fazer votos, na pessoa do 1.º Ministro, dr. Francisco Sá Carneiro, seu Presidente Honorário, que a sua actuação corresponda às aspirações e expectativas que os sociais-democratas e outros democratas que votaram A.D. legitimamente alimentam.
- 2.º Lamentar o teor do discurso do General Ramalho Eanes, no acto de posse do Governo, que contrastou, flagrantemente, com o teor do discurso do 1.º Ministro, evidenciando uma vez mais, quão mediana é a estatura de estadista do Presidente da República Portuguesa, a sua propensão a enfeudar-se a

determinadas correntes de opinião, cada vez menos representativas, em vez de se assumir como um verdadeiro Presidente credor senão da admiração, pelo menos do respeito de todos os Portugueses.

- 3.º Associar-se à dor do povo Açoriano pelo cataclismo que o atingiu, fazendo apelo à solidariedade nacional para que se estabeleçam formas de ajuda passíveis de minorar os prejuízos de que foram alvo.
- 4.º Felicitar o Grupo Parlamentar do PSD e os seus Órgãos Nacionais pela escolha feliz que fizeram ao propor o Presidente em exercício do PSD, dr. Leonardo Ribeiro de Almeida, para o cargo de Presidente da Assembleia da República, cientes que o seu perfil de Democrata e de Português em muito prestigiarão o 2.º cargo da hierarquia da República e a sua Assembleia Legislativa.

- 5.º Alertar todos os militantes e simpatizantes sociais-democratas para as campanhas alarmistas e divisionistas alimentadas em certa imprensa, sob a capa de uma hipotética criação do cargo de porta-voz (?!) da Aliança Democrática e que mais não visa que confundir o eleitorado que votou A.D. e servir, ainda que de forma enviesada, a actual minoria marxista. Tal cargo não existe nos acordos entre os partidos que constituíram a coligação eleitoral, nem poderia existir uma vez que, por força da lei, as coligações dissolvem-se com a publicação oficial dos resultados eleitorais, o que se deu no dia 22 de Dezembro, e as próximas eleições apenas estarem previstas para Outubro deste ano. Tais notícias tratar-se-ão, portanto, de manobras de diversão de mau gosto ou de hipotéticas e hipócritas pressões votadas a malogro.



A Lei do Referendo é que vai ser, no entanto, o campo escolhido por Sá Carneiro para enfrentar o Presidente da República e manobrar no sentido de levar à sua renúncia.

O general Ramalho Eanes declarou já, de modo inequívoco, considerar o referendo não previsto na Constituição e, como tal, um recurso anticonstitucional.

Ora, ao fazer aprovar uma lei consagrando o referendo «como processo directo de consulta ao eleitorado» (o que não lhe será difícil, considerando a existência da maioria parlamentar), Sá Carneiro pretende encostar o Presidente da República à parede. Ou este promulga a lei, contradizendo-se e negando posições anteriores, ou não após a assinatura presidencial e o Primeiro-Ministro ameaça demitir-se, abrindo uma crise política de largas consequências.

É verdade que Ramalho Eanes pode fazer dessa crise o teste da sua popularidade. Admitindo que não teria outra saída que não fosse a renúncia, poderia apresentar-se a nova eleição, sendo quase certo ter nessa circunstância como concorrente o próprio Sá Carneiro.

Garantir na Assembleia pretender estabelecer relações construtivas com o Presidente da República pode ter sido a fórmula elegante mas maquiavélica que Sá Carneiro encontrou para valer até ao momento em que colocará Ramalho Eanes perante a opção talvez mais difícil do seu acidentado mandato.

Se sobre o actual Presidente da República recaem consideráveis culpas pela situação a que o País chegou e pelas posições que a direita logrou alcançar, é bem possível que dentro de pouco tempo Ramalho Eanes se volva no grande e efectivo defensor da Constituição a que jurou fidelidade. E será assim não obstante a necessidade que reconhecerá — no que é acompanhado por muitos portugueses — da Constituição ser revista e alterada.

10 - 1 - 80

JN

Fundação Cuidar do Futuro

«The Guardian» referindo-se a Eanes

## «UM OFICIAL DE ESQUERDA A DEFENDER AS CONQUISTAS DA REVOLUÇÃO DE 1974»

O jornal «The Guardian», de Londres, escreveu ontem sobre a situação política portuguesa, afirmando que um dos principais problemas de Sá Carneiro será manter unida a coligação que lhe permitiu conquistar o poder.

Sob o título «Princípio trémulo para os novos governantes de Portugal», o jornal diz que a herança de anos de antagonismo entre o partido de Sá Carneiro e o presidente da República esteve bem à vista na posse do novo Governo.

Ao elogiar o Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo e

ao sublinhar a pesada responsabilidade do novo Governo, salienta o jornal, «o presidente Eanes falou como o oficial de Esquerda a defender as conquistas da Revolução de 1974, implicitamente contra os vitoriosos conservadores que esperam reverter muitas das tendências desencadeadas pela Revolução».

Segundo o «Guardian», as nomeações ministeriais de Sá Carneiro vieram desequilibrar a balança do poder dentro das fileiras do CDS, onde diminuiu a influência da Direita radical,

## Carneiro aponta a Eanes

Sá Carneiro joga forte nos dez meses que o separam das eleições para a nova Assembleia da República.

Sob a forma de princípios muito genéricos e de uma aparente candura de intenções, o Programa do Governo baliza os pontos essenciais capazes de conduzir à subversão do regime político e económico caracterizado pela Constituição em vigor.

A «elaboração do regime jurídico do referendo» constitui marco de fundo no fito de alterar a Lei Fundamental do País, aprovada em 1976, sem respeitar o que nela se contém em matéria de revisão. A «modificação da lei eleitoral» tem em vista assegurar a vitória futura da direita e a sua ininterrupta permanência no poder através de uma alteração da percentagem representativa.

Outro sector que se prevê seja objecto da arremetida do VI Governo — e as veladas passagens do Programa não consentem dúvidas a tal respeito — é o sector público, cujo estrangulamento não resistirá à acção demolidora e persecutória do novo Executivo.

Portugal/HOJE / Segunda-feira, 14 de Janeiro de 1980

# EANES E MACHEL NÃO SE ENCONTRARAM



## MOÇAMBIQUE NÃO ACEITA POSIÇÃO DE «DEVEDOR»

O Presidente da República Popular de Moçambique não se deslocará à capital zambiana para se encontrar com o Presidente da República Portuguesa quando da deslocação deste à África, em Fevereiro, de visita a Cabo Verde, Zâmbia e Zaire — soube «O Comércio do Porto» de fonte bem informada.

A deslocação de Ramalho Eanes a Lusaca proporcionaria a oportunidade para conversações entre os chefes de Estado português e moçambicano, com o objectivo de desbloquear a política do contencioso que dificulta uma cooperação mais estreita entre os dois países. O encontro em país neutro não se concretizará, em virtude de Samora Machel não aceitar deslocar-se propositadamente à capital zambiana para conversações.

Fonte fidedigna declarou a «O Comércio do Porto» que Moçambique defende um tipo de relações «Estado a Estado» e que

isso só será conseguido com negociações onde ambas as partes respeitem as constituições dos respectivos países. Para Moçambique — referiu a mesma fonte — colocar-se perante Portugal na posição de «devedor» não será aceite e a situação manter-se-á exactamente no estágio posterior ao rompimento das conversações travadas em tempos com a missão portuguesa chefiada pelo actual ministro da Indústria e Tecnologia, Alvaro Bissau Barreto.

### DESBLOQUEAMENTO NÃO DEPENDE DE PRESIDENTES

Justificando a inoportunidade da deslocação de Machel a Lusaca, um informador disse que os pressupostos políticos que fizeram fracassar as negociações não estão a mudar. «Além — continuou o nosso interlocutor — a República Po-

pular de Moçambique considera do interesse comum a existência de uma cooperação sólida e de relação do tipo «Estado a Estado». Não aceita — disse — situações de subserviência defendidas anteriormente.

A mesma fonte disse que qualquer delegação portuguesa pode desbloquear a situação, desde que para isso se respeite os interesses do Estado moçambicano que, a aceitar a discussão de contenciosos, terá que tomar em consideração todo o período colonial. O «acerto de contas» incluirá também as vítimas das autoridades fascistas — prosseguiu.

### COOPERAÇÃO

A cooperação entre Portugal e Moçambique está a desenvolver-se em termos de «ida e vindas» ao abrigo de um acordo assinado entre os dois países. Efectivamente, muitos

têm sido os portugueses que embarcam para aquele novo país africano, embora essa movimentação se faça discretamente, sem grandes alardes publicitários.

Por outro lado, a cooperação a nível comercial é um facto, embora não atinja cifras que se conseguiriam caso existisse um estatuto de colaboração mais estreita entre os dois Estados.

### DESLOCAÇÕES DE EANES

O Presidente da República Portuguesa tem na sua agenda de deslocações viagens a Cabo Verde, à Zâmbia e ao Zaire, a Itália e à Noruega.

Informações que conseguimos obter ontem, referem que a primeira das viagens, a concretizar-se em Fevereiro, será à Cidade da Praia, a convite do Presidente Aristides Pereira, seguindo-se, no mesmo mês, as visitas a Lusaca e Kinshasa, respectivamente capitais da Zâmbia e do Zaire.

A TRIBUNA — Segunda-feira, 14.1.80

## Governo da AD interessado em promover a autodeterminação dos povos timorenses

O ministro dos Negócios Estrangeiros da República Democrática de Timor Leste, Mari Alkatiri, afirmou, em Maputo, que a Frente Revolucionária Timorense de Libertação (FRETILIN) espera que o VI Governo, liderado pelo dr. Francisco Sá Carneiro, tome uma atitude de maior compreensão do que a recebida de anteriores executivos portugueses.

Ángelo Correia: «Timor é um problema nacional»

A propósito das afirmações proferidas por Alkatiri, A TRIBUNA ouviu Ágelo Correia que nos disse ser Timor «um problema nacional, tal como o primeiro-ministro o afirmou na apresentação do programa do Governo. Podem os timorenses que vivem em Timor-Leste, em Moçambique, na Austrália, em Portugal ou em qualquer parte do mundo, es-

perar de nós aquilo que sempre lhes prometemos: promover a autodeterminação dos povos timorenses, a prossecução de todos os esforços tendentes à resolução do problema da anexação do território de Timor pelas forças da República da Indonésia, o respeito dos direitos humanos em Timor e a perspectivacão de uma futura independência para este território».

Ángelo Correia acentuou que «foram esses os nossos votos no passado, serão esses os nossos esforços do presente», pois que «ao Governo da Aliança Democrática não interessa directamente a escolha política que os ti-

Nessa altura, socialdemocratas e socialistas viriam a ser autores de uma proposta conjunta, unanimemente apoiada, que condenava a presença indonésia na antiga colónia portuguesa do Índico.

Aquele dirigente governamental, que na segunda quinzena de Fevereiro tenciona deslocar-se a Lisboa, disse basear-se a esperança da FRETILIN, no facto de, em Junho do ano passado, o deputado social-democrata Ágelo Correia haver erigido a voz, em S. Bento, a favor dos timorenses.

escravos de uma potência colonizadora como se verifica no presente momento».

morenses querem fazer na sua terra. Interessam-nos sim, tratá-los como cidadãos do mundo, isto é, não continuarem a ser



Portugal HOJE / Quarta-feira, 9 de Janeiro de 1980

# Imprensa afecta à AD «foge» ao PSD

Nas suas edições, de ontem, a generalidade da imprensa diária afecta à AD, fez todos os esforços para tentar apagar as sombras inquietantes de dúvida e divisão que as lutas pelo Poder no interior dos órgãos colegiais da Aliança, projectam para o espaço político nacional.

Quer «A Tribuna», quer o «Correio da Manhã», quer «O Dia», são unânimes em salientar a vitória parcial do CDS, com a indigitação de Lucas Pires para o cargo de coordenador-geral da AD, sobre as frações moderadas da AD e a ala do TESIRESD afectas ao PSD.

Se prestarmos atenção à delicadeza das negociações políticas, nt seio da AD, sobre a atribuição da pasta da Comunicação Social no executivo de Sá Carneiro, um facto político da maior importância para o futuro da coligação da direita surge com a interferência política cada vez maior da imprensa, afectada à AD, veiculando estrategicamente as posições mais direitistas do seio da AD.

Menos de 24 horas após o desfecho provisório de um contencioso político de grande importância entre o CDS e o PSD, onde se discutiu a orientação de

voto para a escolha do presidente contra a nomeação de um coordenador-geral da AD, toda a imprensa afecta à AD aplaudiu em uníssono a dignidade de Lucas Pires e catalogou o desfecho da revisão da coordenação da AD como tendo «criado um facto político novo».

O «Correio da Manhã», nessa onda política de radicalização à direita, não engana ninguém, ao escrever: «Foi o grupo parlamentar do CDS que alcançou a concretização de todos os princípios que colocara previamente na balança». Anteriormente o mesmo jornal, refe-

riu, fazendo-se porta-voz dos meios centristas: «O vice-presidente do CDS solicitou oito dias para pensar, o que foi entendido, em meios centristas, como oito dias de luto pelos acontecimentos contraditórios que sucederam nos últimos dias».

Por outro lado, e em relação à parada que o CDS pediu para votar a favor de Ribeiro de Almeida, para a eleição de ontem do cargo de presidente do Parlamento, ao contrário do que toda a imprensa afecta à AD noticiou, o CDS viu-se obrigado a contentar-se com a indigita-

ção de Lucas Pires para o cargo de coordenador-geral da AD, quando tinha reivindicado o de porta-voz no Parlamento, também para o fogoso líder da direita da AD.

Tudo leva a crer que o PSD se tenha sentido obrigado, por imperativos táticos, a satisfazer parcialmente a vontade ao seu aliado de direita, optando por uma solução intermédia que terá que fazer a necessária rodagem política, vencendo os enormes e tortuosos escalões burocráticos de uma coligação que surpreende cada vez mais negativamente os seus eleitores. — F.A.R.

11 JANEIRO 1980 O DIA

Sousa Tavares denuncia estratégia

## Reformadores em posição independentista na Aliança

Sousa Tavares contra Lucas Pires

A TRIBUNA — Sexta-feira, 11.1.80

O antigo director de «A Capital» referia-se, em particular, ao discurso lido na AR, na última terça-feira, pelo dirigente do CDS, o qual disse então falar em nome de quantos haviam votado em Leonardo Ribeiro de Almeida para a presidência do Parlamento.

Sousa Tavares diria, mesmo, que tanto os Reformadores como o próprio PPM não apoiavam Lucas Pires, se bem que os monárquicos, contactados directamente, se te-

nham remetido a um cuidadoso mutismo, não deixando, todavia, notar que «ser o coordenador é uma coisa e portar a voz da AD outra muito diferente».

O vice-presidente do CDS recusaria, por seu turno, comentar as afirmações do deputado reformador, já que não teria ainda ouvido a entrevista por aquele dada à RDP, escusando-se a quaisquer «declarações precipitadas».

O núcleo dos reformadores, através do seu porta-voz parlamentar, Francisco de Sousa Tavares, reafirmou ontem o carácter lateral e independentista que caracteriza a sua posição no âmbito da Aliança Democrática. Efectivamente, será essa a leitura correcta a fazer das declarações que aquele deputado produziu em entrevista concedida à RDP, a propósito de uma polémica, amplamente empolada por certos sectores, em torno da figura do líder centrista Lucas Pires, eleito pela AD para seu coordenador-geral.

Sousa Tavares, que está a retomar uma posição de evi-

dência no quadro político, fazendo-o na linha de uma intervenção que há muito se impôs, mostrou concretamente, nessas afirmações, que os reformadores não se acham obrigados a integrar-se no espírito da Aliança, a não ser no tocante aos pontos do acordo que o grupo dinamizado por António Barreto e Medeiros Ferreira, estabeleceu com o PSD.

Entrevistado pela RDP nos Passos Perdidos, Sousa Tavares, pronunciando-se sobre a função para que Lucas Pires foi eleito, proclamou que «não existe, nunca existiu, nunca esteve para existir o lugar de coordenador-geral da Aliança Democrática no Parlamento». Propriamente no que se refere ao debate sobre a missão que a AD confiou àquele líder, o porta-voz dos reformadores fez este comentário: «É uma polémica inventada

50 por cento pelos jornais, 30 por cento pelo próprio e 20 por cento pelos boatos à portuguesa.»

Foi, porém, preciso ao dizer que nada tem a ver com a função de que Lucas Pires foi incumbido e especificou assim a posição do seu núcleo acerca da eleição do coordenador-geral da AD: «Nem o problema nos foi posto, nem seria jamais. No nosso acordo com o PSD está perfeitamente manifesto que nós temos independência parlamentar, a qual defendemos firmemente. Temos o nosso porta-voz, que por acaso sou eu, e não abdiquemos jamais desse direito. Nem a favor do dr. Lucas Pires, nem de ninguém. Não consentiremos jamais que alguém aqui fale no Parlamento em nosso nome».

Lucas Pires, abordado no sentido de se manifestar so-

bra as declarações do ex-director de «A Capital», recusou-se a fazer quaisquer comentários. No entanto, alguns círculos próximos da AD admitiam que a reacção de Sousa Tavares poderia trazer uma posição de desagrado relativamente ao líder centrista, por julgar que o eleito coordenador-geral da Aliança seria contra a escolha de um reformador para a presidência da Assembleia da República. Além disso, fizeram-nos ainda notar, Sousa Tavares invocaria posições dos monárquicos que não correspondem à verdade, uma vez que participaram na eleição do coordenador-geral da AD os dirigentes do PPM Ribeiro Teles, Ferreira do Amaral, Barrilero Ruas e Luís Coimbra.

Recorde-se que Lucas Pires foi eleito contra a sua própria vontade, pois antes da decisão do conselho coor-

denador da AD reiterou não estar interessado na função, vindo somente a «recuar» um pouco no encontro que teve com Sá Carneiro, mas pedindo oito dias para reflectir. O Primeiro-Ministro, porém, continua empenhado em que o líder centrista aceite o cargo e até o designou para fazer parte de uma comissão, a que preside o próprio Sá Carneiro, encarregue de traçar as linhas de desenvolvimento da AD na conexão entre o Governo e o Parlamento (trata-se do único deputado dessa comissão, integrada por Francisco Balsemão, Pulido Valente e Amaro da Costa).

Fundação Cuidar o Futuro

# Comunicação Social «atrasa» posse de secretários de Estado

## ● António Barreto presidente da RTP?

Segundo pudemos apurar esta manhã, Serra Lopes recusou o cargo de secretário de Estado da Comunicação Social, para que fora convidado por Sá Carneiro. Augusto Serras Lopes, invocou razões de ordem particular e profissional para a sua recusa.

Parece que este facto veio contribuir para um atraso na tomada de posse dos secretários de Estado, que estava prevista para quinta ou sexta-feira.

Em contacto com a

Presidência do Conselho de Ministros, fomos informados de que não há ainda data marcada para aquele acto.

Para além da Comunicação Social, há ainda outras Secretarias de Estado que não têm titular neste momento, pelo que a posse dos respectivos secretários poderá vir a verificar-se apenas na próxima semana. Segundo informação que nos chegou ao fim da manhã, o eng. Ilídio de Araújo, afecto ao PPM, deverá vir a

ocupar a Secretaria de Estado do Ambiente.

Entretanto o dr. António Barreto é apontado por alguns círculos como o futuro presidente da comissão administrativa da RTP, em substituição de João Soares Louro, do PS, o qual colocou recentemente o seu lugar à disposição do Governo.

Até à hora que encerramos esta edição, não nos foi possível contactar António Barreto, no sentido de obtermos uma confir-

mação ou um desmentido a este respeito.

O dr. Proença de Carvalho, outro dos nomes sugeridos esta manhã para substituir Soares Louro, disseram «ignorar totalmente semelhante hipótese».

Igualmente, o dr. Rui Ressurreição, que já foi administrador da RDP, desmentiu, esta manhã, os rumores que o davam como tendo sido convidado para substituir Soares Louro na RTP.

## Fundação Cuidar o Futuro

# SOUSA E BRITO À FRENTE DA S.E.C.S.

A lista oficial dos secretários de Estado hoje empossados, é a seguinte:

Vasco Pulido Valente (P. S. D.), Cultura (acumula com adjunto do Primeiro-Ministro); Ilídio Alves de Araújo (ind.), Ordenamento Físico e Ambiente; Ribeiro e Castro (C. D. S.), adjunto do vice-Primeiro-ministro; Rui Almeida Mendes (P. S. D.), Integração Europeia; Carlos Martins Robalo (C. D. S.), Reforma Administrativa; Luís Azevedo Coutinho (C. D. S.), Negócios Estrangeiros; Manuela Aguiar Dias Moreira (P. S. D.), Emigração; José Albino da Silva Feneda (ind.), Administração Regional e Local; José Luís da Cruz Vilça (C. D. S.), Administração Interna; José António da Silveira Godinho (P. S. D.), adjunto das Finanças e Plano; António Jorge Figueiredo Lopes (ind.), Orçamento; Rui Carlos Alvarez Carp (P. S. D.), subsecretário do Orçamento; José Alberto Vascóncelos Tavares (P. S. D.), Tesouro; Alípio Borroso Pereira Dias (ind.), Finanças; Miguel José Ribeiro Godinho (ind.), Planeamento; Sebastião José Fornosinho Sanchez

Simões (ind.), Ensino Superior; Roberto Artur da Luz Gameiro (C. D. S.), Educação; José Queirós Lopes Raimundo (ind.), Trabalho; Joaquim Manuel Araújo e Sá (ind.), Juventude e Desportos; Luis Morales (ind.), Emprego; Fernando José Costa e Sousa (ind.), Saúde; António José Castro Bragão Felix (ind.), Segurança Social; Teresa da Costa Macedo (C. D. S.), Família; João Ribeiro Goulão (ind.), Estruturação Agrária; José Vicente de Jesus de Carvalho Cardoso (C. D. S.), Fomento Agrário; Francisco Manuel Durão Lino (ind.), Comércio e Indústria Agrícolas; João de Albuquerque (ind.), Pescas; Escaya Gonçalves (ind.), Comércio Interno; Armando de Sousa e Almeida (P. S. D.), Comércio Externo; Alberto Regueira (P. S. D.), Turismo; António Joaquim Garças da Silva Pinto (ind.), Energia e Minas; Ricardo Manuel Simões Baião Horta (C. D. S.), Indústria Transformadora; Casimiro António Pires (P. S. D.), Habitação e Urbanismo; Carlos José Sanches Vaz Parda (C. D. S.), Obras Públicas; José Manuel Nunes Anacoreta Correia (C. D. S.), Transportes; José da Silva Domingos (P. S. D.), Marinha Mercante.



O sexto Governo constitucional ficou hoje com o seu elenco completo, depois da tomada de posse dos secretários de Estado, em cerimónia realizada no Palácio da Ajuda, pelas 12.30. Ontem, Sá Carneiro deslocou-se a Belém a fim de dar conhecimento dos nomes propostos ao Presidente da República. Carlos de Sousa e Brito, advogado, independente, ex-membro das administrações da Empresa Pública dos Jornais Século e Popular e da Radiotelevisão Portuguesa, foi designado para um cargo que se revelou difícil de preencher: o de secretário de Estado da Comunicação Social. Quanto à Secretaria de Estado da Cultura, outro departamento que tem dado que falar, nos últimos tempos, passará a ter à sua frente o social-democrata Vasco Pulido Valente, que acumulará este cargo com o de secretário de Estado adjunto do Primeiro-Ministro.

Dezassete dos 37 secretários de Estado com que contará o Executivo de Sá Carneiro não têm filiação partidária. Os restantes vinte distribuem-se igualmente pelo P. S. D. e pelo C. D. S., não havendo a registar a presença de qualquer membro do P. P. M. ou dos reformadores no Governo da Aliança Democrática.

# Editorial

Em que medida deve o Governo da Aliança Democrática envolver-se no problema da Informação? E há, em Portugal, um problema de Informação? Estas duas perguntas tem a maior actualidade por dois motivos: numa Democracia, a informação funciona como um poder autónomo; em Portugal, a informação não é ainda um poder autónomo e pelas razões seguintes: o Governo detem o controlo de três jornais diários de grande circulação, da estação de TV do Estado e da Rádio do Estado.

Parece assim evidente que o Governo da Aliança Democrática deve considerar que tem, no quadro das suas atribuições, um problema de Informação. Efectivamente, o Governo, mantendo ou demitindo os actuais membros dos Conselhos de Gestão das empresas públicas «Popular / Século», «Notícias / Capital», RDP e RTP, interfere no tipo de informação destes órgãos de Comunicação Social e, ainda, no «Jornal de Notícias», do Porto que, tendo estatuto de empresa privada é dominado pela maioria das acções da empresa «Notícias / Capital» de Lisboa.

Muito se tem falado no combate pela liberdade de imprensa (que pela nossa parte tem sido diário e remonta a antes de 1974 como se pode verificar por documentos existentes) falta alcançar portanto os seguintes objectivos: reprivatizar o «Diário Popular», o «Diário de Notícias» (o que significará a reprivatização total do «Jornal de Notícias» do Porto) e «A Capital»; dotar a RTP e a RDP de um estatuto semelhante ao da BBC de Londres de molde a evitar que estes importantes meios de Comunicação Social permaneçam sujeitos ao apetite dos vários Governos e de várias forças políticas. Esse Estatuto há de contemplar por exemplo o caso dos jornalistas filiados em partidos políticos, impedindo-os de ocuparem lugares de chefia ou outros com influência na orientação da opinião pública.

É evidente que a AD não tem ilusões sobre os apetites dos seus adversários pelo controlo ou pela influência nestes meios de Comunicação Social. Há, assim, que contar com uma acção do Governo do dr. Sá Carneiro, no sentido de substituir os responsáveis pela gestão do «Diário de Notícias» e do «Jornal de Notícias», do «Diário Popular», de «A Capital», da RDP e da RTP. De outra forma o Governo do dr. Sá Carneiro daria uma ideia de ingenuidade que o colocaria sob o alvo de quem o elegeu. Poderia estar aí a origem da responsabilização pela eventual perda das próximas eleições.

Não poderá levar-se à conta de «caça às bruxas» substituir quem sabe que ocupa lugares dependentes da vontade dos Governos que, portanto, quem a maioria...

Tratando-se de cargos de confiança política (não há tese contrária que prevaleça) é de admitir que o Governo substitua aqueles gestores que não lhe mereçam confiança. O caso do presidente da RTP João Soares Louro é mais evidente, visto traçar-se de um membro influente do Partido Socialista e membro da sua Comissão Nacional. Mas há, também, casos notórios de incompetência a assinalar, como é o do dr. Daniel Amaral, presidente do Conselho de Gestão da empresa pública «Notícias / Capital». Quanto a Soares Louro sabe-se já, publicamente, que está pôs o seu lugar à disposição, o que só depõe a favor da sua ombridade e do seu sentido do que é a política. No que se refere ao dr. Daniel Amaral há que considerar que este pretende manter-se no lugar.

### Poderemos

As primeiras indicações sobre a política do Governo neste campo não são muito claras. Conhecem-se as ligações estreitas existentes entre Francisco Balsemão e Daniel Amaral. Este foi um dos mais destacados comentadores de assuntos económicos do semanário «Expresso», enquanto Francisco Balsemão era director deste semanário. Até que ponto essas relações pessoais não influenciar a decisão do Governo quanto a Daniel Amaral eis o que é ainda relativamente cedo para averiguar. No caso do presidente da RTP, há indicações de que Francisco Balsemão pretende manter no seu posto João Soares Louro não aceitando, portanto, o lugar que este, muito lucidamente, pôs à sua disposição. Quanto à RDP não se conhece qualquer posição pública dos respectivos gestores tal como sucede quanto aos gestores da empresa «Seculo / Popular». Neste caso há, apenas, a assinalar algumas notícias — que pensamos terem origem em pura especulação — de que o novo Governo pretende ressuscitar «O Século»...

A confirmarem-se estas primeiras informações, a política do Governo da AD para a Comunicação Social estaria condenada a um desastre. Efectivamente, entende-se que o Partido Socialista...

Pensa-se, portanto, que os gestores da RTP, da RDP, da empresa pública «Notícias / Capital» e da empresa pública «Seculo / Popular» devem ser mudados para outros lugares do Estado, sem influência política e que, nos seus cargos devem ser providos

funcionários da confiança do Governo. Poderá o Governo da AD não fazer o que, segundo esta tese, se propõe. Dos seus actos, porém, só o Governo é responsável.

N.R.

## Governo repõe legalidade na empresa «Notícias-Capital» MCS

Os quatro membros do conselho de gerência da EP Notícias/Capital exonerados dos seus lugares pelo Executivo de Maria de Lurdes Pintasilgo foram ontem reintegrados pelo VI Governo. No comunicado final do Conselho de Ministros que se realizou ontem sob a presidência de Sá Carneiro, pode ler-se, com efeito, no seu último ponto, que o CM "verificando a ilegalidade da resolução do V Governo que exonerou os vogais do conselho de gerência da Empresa Pública dos jornais Notícias e Capital, deliberou revogar a aludida resolução".

A este respeito, consta ainda do documento divulgado no fim da reunião que "a apreciação desta ilegalidade foi suscitada no contexto do recurso contencioso interposto pelos interessados e baseou-se na proposta de auditoria jurídica da presidência do Conselho de Ministros de 12 de Dezembro de 1979". A concluir, revela-

se que "como consequência da resolução tomada voltam ao exercício dos seus cargos os vogais da Empresa Pública dos jornais Notícias e Capital exonerados pelo anterior Governo".

Também em relação a esta primeira medida do Conselho de Ministros no domínio da

Comunicação Social, precisamente a Secretaria de Estado do sector entendeu necessário esclarecer que o "V Governo constitucional exonerou ilegalmente os vogais do conselho de gerência da Empresa Pública Notícias Capital, drs. José Manuel Figueira Amaro e Hostílio António Caissoti Rosa, comandante João Cristóvão Moreira e dr. José Macedo e Cunha". E o esclarecimento divulgado conclui: "Tal ilegalidade foi agora reparada pelo VI Governo Constitucional em resolução de 10 do corrente, pelo que aqueles vogais voltam ao exercício das suas funções".

### o diário

11 de Janeiro de 1980

## Governo Carneiro prepara assalto à Comunicação Social

■ Demitidos gestores da EPNC e reinstalados os antigos!...

A equipa ministerial chefiada por Sá Carneiro resolveu ontem fazer regressar à administração da Empresa Pública dos Jornais Notícias e Capital (EPNC) os elementos que foram afastados pelo Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo por se oporem ao afastamento de Francisco de Sousa Tavares — deputado de um grupo da "AD" — da direcção de "A Capital".

A decisão foi tomada durante uma reunião do Conselho de Ministros. Os regressados à administração da EPNC são Macedo e Cunha, Figueira Amaro, Cristóvão Moreira e Caissoti Rosa. Os elementos agora afastados pela coligação PPD/CDS/PPM "reformadores", com base numa pretensa "legalidade da resolução do

V Governo", são Helder Jacinto de Oliveira, Manuel Eusébio Jorge e Feliciano de Oliveira Neves, nomeados em 31 de Outubro.

Na reunião de ontem, o Conselho de Ministros decidiu também propor a nomeação de Pires Miranda como embaixador itinerante encarregado de iniciar "desde já os contactos necessários nos diferentes países produtores de petróleo e nos demais centros de decisão apropriados". Isto, porque "o Governo tomou conhecimento das significativas dificuldades que o País enfrenta quanto ao abastecimento do petróleo para 1980".

A equipa de Sá Carneiro aprovou ainda o programa do Governo, que hoje será apresentado na Assembleia da República.





Sá Carneiro comunicou a Eanes

# Governo quer afastar Lurdes Pintasilgo de embaixadora na UNESCO

O primeiro-ministro comunicou, na terça-feira, ao Presidente da República a intenção do Governo de afastar Maria de Lurdes Pintasilgo do cargo de embaixadora de Portugal junto da UNESCO, segundo apurou «O Jornal» junto de fontes do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A possibilidade desta intenção se vir a tornar realidade começou a ganhar consistência depois de no sábado passado, véspera da partida de Lurdes Pintasilgo, o embaixador Caldeira Coelho, conhecido pelas suas ligações ao anterior regime, ter telefonado para a residência da antiga primeiro-ministro comunicando-lhe, sem mais explicações que, por indicação de Freitas do Amaral, não devia regressar ao seu posto.

O general Ramalho Eanes seria posto ao corrente desta decisão como referimos, na terça-feira, ocasião em que Sá Carneiro lhe comunicaria ainda as reservas postas pelo Executivo às nomeações de Freitas Cruz e Sá Coutinho para os cargos de embaixador em Londres e Madrid, respectivamente.

A notícia da intenção do Governo em afastar Lurdes Pintasilgo causou a maior estranheza em diversos meios políticos contactados por «O Jornal», mesmo não afectos à anterior primeiro-ministro, que consideraram estar-se em presença de

um autêntico acto de saneamento político inadmissível nas democracias ocidentais, e nitidamente para consumo interno e satisfação de determinadas clientelas eleitorais.

A atitude de Freitas do Amaral, segundo esses círculos, denota, antes de mais uma grande falta de «fair-play» e certos intuítos revan-chistas que a AD prometeu não utilizar. Mas o mais importante é sobretudo o facto de estar em causa uma figura prestigiada que acaba de ocupar o cargo de chefe de Governo.

## Agrava-se conflito Governo-Eanes

Esta posição é ainda interpretada em outros meios como um «balão de ensaio», e uma primeira resposta ao desafio lançado pelo Presidente da República ao Governo na sua posse, pois não é de admitir (dispondo mesmo de informações que o confirmam quase absolutamente) que Ramalho Eanes venha a concordar com esta imposição do Go-

verno. Ramalho Eanes teria incusivamente mantido um encontro privado com Lurdes Pintasilgo na sequência da audiência com Sá Carneiro, e este assunto terá sido, naturalmente, abordado.

Como se sabe, e conforme estabelece o artigo 138.º da Constituição, cabe ao Presidente da República, sob proposta do Governo, nomear e despedir representantes diplomáticos de Portugal no estrangeiro.

O Governo dispõe da prerrogativa administrativa de determinar a «demorada em serviço» de qualquer chefe de missão. É esta a situação em que se encontra neste momento Lurdes Pintasilgo.

## Pintasilgo indicada para a presidência da Comissão dos Direitos do Homem na UNESCO

«O Jornal» pode comprovar este facto num contacto que manteve esta madrugada com meios ligados à UNESCO, em Paris onde se estranhava já o facto de Lurdes Pintasilgo não ter ainda regressado, atendendo sobretudo ao facto de estar prevista a partida para os Açores, dentro de uma semana, de uma equipa polivalente de consultores da UNESCO que teriam natural-

mente interesse em contactar antes com o responsável pela Embaixada portuguesa.

O mesmo informador que se escusaria, por enquanto, a tecer quaisquer comentários à possibilidade de Lurdes Pintasilgo ser afastada do seu cargo, adiantar-nos-ia que a embaixadora de Portugal irá ser proposta pela França — com o apoio de outros países da CEE —, cujo embaixador antecorrem mesmo contactou, a este propósito, com o secretário-geral adjunto da UNESCO — para o elevado posto de presidente da Comissão dos Direitos do Homem, que integra vinte membros e é uma das mais «complicadas» e prestigiosas no seio da organização. Lurdes Pintasilgo pertence neste momento ao Conselho Directivo da UNESCO.

Significativamente, a personalidade contactada interrogar-nos-ia com alguma ironia: «o que é que essa senhora está a fazer em Lisboa?»

## O que pensava Pintasilgo

O afastamento de Lurdes Pintasilgo poderia assim vir a ter diversos reflexos a nível internacional, designadamente no seio de determinados foruns da ONU, onde a posição portuguesa se tem vindo a reforçar ultimamente.

A intenção de Freitas do Amaral,

que Sá Carneiro se encarregou de transmitir ao Presidente da República não pode ser comentada por Lurdes Pintasilgo com quem não conseguimos contactar.

Na entrevista que Lurdes Pintasilgo concedeu, a «O Jornal», a semana passada, a antiga primeiro-ministro não viu dificuldades em continuar embaixadora na UNESCO com Freitas do Amaral no MNE. E esclarecia, a propósito: «Creio que houve umas referências na Assembleia da República a eu ter tomado como pessoais, críticas que apenas estavam a ser dirigidas ao primeiro-ministro, distinguindo, portanto, a pessoa e a função; não sei se o prof. Freitas do Amaral e o seu partido mantêm essa perspectiva ou não...»

## Sá Coutinho e Freitas Cruz: dois casos distintos

Os casos de Sá Coutinho e Freitas Cruz são distintos. O primeiro, que exerceu até agora as funções de embaixador em Angola, já tem o seu processo de nomeação para a chancelaria de Madrid pronto, pois já foi assinado pelo Presidente da República e referendado ainda por Lurdes Pintasilgo, aguardando publicação no «Diário da República».

Sá Coutinho poderá, portanto, ir

para Madrid se as «interrogações» levantadas pelo Governo não o levarem a reter também aquela diplomata em Lisboa.

Quanto a Freitas Cruz, que já tem o «agrément» do Governo inglês, o caso é mais complicado, pois o Governo tem ainda de propôr ao Presidente da República a sua nomeação.

Não estando previsto para já qualquer encontro informal ou oficial entre o Presidente da República e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral, admite-se que na primeira oportunidade o assunto venha a ser abordado, bem como, naturalmente, o que respeita a Lurdes Pintasilgo.

## Caldeira Coelho: «Não tenho nenhuma razão para pensar em alterações»

Contactado já perto do fecho desta edição por «O Jornal», o embaixador Caldeira Coelho, secretário-geral do MNE, confirmaria ter informado a eng.ª Pintasilgo da decisão do Governo, «mas esse facto não tem nada a ver com a sua situação futura, nem afecta nada a sua situação face à UNESCO». Caldeira Coelho referiria, ainda, ter-lhe a antiga primeiro-ministro manifestado a sua aceitação desta decisão, «até porque também ela pensava adiar a sua partida para pôr em ordem assuntos da sua vida particular».

Caldeira Coelho admitiu que a actual situação de Lurdes Pintasilgo se possa manter por alguns dias e relativamente ao futuro, disse-nos que «não tenho nenhuma razão para pensar que a sua posição venha a ser afectada».

# Futuro de Pintasilgo nas mãos de Eanes

MP vs VI Gov

Freitas do Amaral recebe Lurdes Pintasilgo na próxima quarta-feira de manhã, para esclarecimento da situação decorrente do interesse manifestado pelo Presidente da República pela própria em manter-se no lugar de embaixadora de Portugal junto da UNESCO. A audiência, inicialmente prevista para a tarde de hoje foi adiada por conveniência da ex-Primeiro-Ministro.

Segundo «A Tarde» apurou, o ministro dos Negócios Estrangeiros vai manifestar a Lurdes Pintasilgo a falta de confiança que a sua figura merece ao Executivo para o desempenho de funções diplomáticas na UNESCO. No entanto, o Governo não tenciona abrir um conflito, sobre esta questão, com o Presidente da República, o que, como é sabido, sustenta a posição de

Lurdes Pintasilgo.

A posição do Executivo será assim a de se afastar da actuação da controversa embaixadora portuguesa junto da UNESCO, cujas responsabilidades não lhe poderão vir a ser assacadas. No entanto, pela própria natureza das funções inerentes àquele cargo, seria desejável que houvesse consonância absoluta entre o Governo e o representante português.

Lurdes Pintasilgo não é diplomata de carreira, encontrando-se em Paris com o mesmo estatuto por que foram designados outros elementos estranhos ao Corpo Diplomático para determinadas capitais onde predominava a preocupação em atribuir determinado perfil ao representante português. A ex-Primeiro-Ministro tinha a confiança de Executivos

anteriores e de Ramalho Eanes; no entanto, a partir de agora, passa apenas a ter o beneplácito do Presidente da República.

Segundo a lei em vigor, os embaixadores são nomeados ou exonerados pelo Presidente da República sob proposta do Governo, o que retira a possibilidade do Executivo actuar de forma consentânea com o seu programa no caso de divergência com o Chefe do Estado.

Por outro lado, alguns meios não deixam de considerar pelo menos estranho que Lurdes Pintasilgo estivesse decidida a retomar o lugar sem qualquer prévio encontro com o novo ministro dos Negócios Estrangeiros. Entendem esses meios que não deveria ter sido esta a convocar a eng.ª Pintasilgo, mas sim esta a solicitar audiência, o que não fez.

Fundação Cuidar o Futuro



# Política externa do VI Governo

## • Possíveis pontos de litígio com Eanes

A TRIBUNA — Terça-feira, 15.1.80

O início do debate de hoje do programa do Governo na Assembleia da República deverá ser marcado pelo discurso que ali pronunciará o vice-Primeiro-Ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral, o qual passou todo o dia de ontem na preparação da sua intervenção, cujos temas centrais serão a política externa e a integração europeia.

A simples constatação do programa do Governo e das intenções múltiplamente reiteradas, ora por Sá Carneiro ora pelo próprio presidente do CDS, espera-se que o titular do MNE reafirme a intenção do VI de desempenhar um papel mais activo na condução da política externa a qual, como é sabido, esteve praticamente dependente, na totalidade, do Presidente da República desde que há mais de um ano se adoptou em Portugal a solução dos governos de iniciativa presidencial.

Como Sá Carneiro lembraria no seu discurso, o actual Executivo «prosseguirá, com firmeza, a opção europeia e atlântica da política externa, como parte de um objectivo geral de preservação da independência e dignidade de Portugal», além de «o mesmo objectivo, embora adaptado a especiais circunstâncias históricas e culturais, vir a orientar o aprofundamento das relações com outros Estados de língua portuguesa».

Será, de resto, na prática diária destes princípios e igualmente «na manifestação do respeito devida ao Chefe do Estado, sem abdicar das suas próprias prerrogativas constitucionais» que o Governo poderá conhecer alguns amargos de boca, particularmente ao chamar a si a condução da política de contactos com outros países e porque ficará um pouco por definir em que medida ou, se se preferir, em que grau, se dará a intervenção de Ramalho Eanes nesse domínio.

É tida igualmente como provável a inclusão no discurso de Freitas do Amaral ou nas respostas que eventualmente proferirá no período de esclarecimento, uma referência específica ao território de Timor Leste, já

que se admite como possível que o Governo venha dentro em breve a promover iniciativas diplomáticas no sentido de reacender a discussão dessa questão junto dos «forum» internacionais, nomeadamente na ONU.

O problema de Timor poderá constituir, por outro lado, um outro ponto de fricção entre Belém e as Necessidades, sabido como é que relatórios do que se passou em Timor e até mesmo um filme — ao que dizem extremamente elucidativo — poderão um dia trazer à luz do dia factos ignorados e mesmo «incómodos» para muito boa gente...

De resto, não se sabe até que ponto foi positiva ou negativa a reacção da generalidade do Conselho da Revolução quando na passada semana lhe foi presente um dossier sobre Timor enviado para aquele órgão de tutela do regime pelo ex-titular do MNE, sabendo-se, no entanto, que alguns conselheiros estariam na disposição de exigir de Eanes uma acção decidida e concreta, particular-

mente ao nível interno e militar? para apuramento de certas responsabilidades até agora pouco ou nada esclarecidas.

**MLPvs VI**  
Programa do debate

Entretanto, ao longo do debate, e mesmo fora destas questões que poderemos considerar como «mais quente» outras não deixarão por certo de vir a lume, nomeadamente as relacionadas com o regresso de Pintasilgo ao cargo de embaixador da UNESCO, em Paris. Não se ficará, todavia, por aqui, a discussão na Assembleia da República com horário marcado para os períodos entre as 10 e as 13 e as 15 e as 21.30 horas. Os partidos farão por igual algumas intervenções de fundo, quer de réplica às posições do Governo quer de apoio, quer se trate de opositores do actual executivo quer elementos oriundos da maioria que apoia o Gabinete presidido por Sá Carneiro.

A.M.

Fundação Cuidar o Futuro



análise política

José Miguel Júdice

## Reformadores:

## a escolha do objectivo

UMA das características mais evidentes do actual momento político é a forma como os "Reformadores" têm procurado fazer valorizar os seus triunfos e, ao mesmo tempo, as limitações que em termos estratégicos condicionam o aproveitamento futuro de vantagens adquiridas. Ser "Reformador", hoje em Portugal, é simultaneamente ocupar um lugar privilegiado na cena política e sentir diariamente o travo amargo de uma certa impotência.

Essa situação tem a ver, em boa medida, com a área fronteiriça que tendem a ocupar e com a diversidade de caminhos estratégicos com que deparam. A opção por um deles permitirá atingir as vantagens de um esforço concentrado em objectivos inequívocos, que é o segredo da grande política. Terá no entanto o risco de orientar esse grupo político por uma senda estratégica que a fluidez actual venha depois a provar ser inadequado à conquista do ou de poderes.

E os "Reformadores" poderão de facto optar por uma estratégia que potencie a sua origem de homens de esquerda, ainda que moderados, e desse modo tenha como objectivo a ocupação, em nome de uma nova forma de estar e de ser, a esquerda portuguesa no futuro. Poderão, de outro modo, não esquecerem que são de esquerda, mas decidirem formar uma ala, por definição dinâmica, de um bloco que será, queira-o ou não, de direita, ou situado à direita no espectro político. Poderão, finalmente, pensar que, mais do que uma realidade política, são um lugar geométrico ou um espaço de consenso entre forças posicionadas à sua direita e à sua esquerda, e então como objectivo terão a aproximação entre o PS e o PSD, com uma modificação da política de alianças em vigor nesta conjuntura.

No discurso político dos deputados "reformado-

res" poderiam ser respigados elementos interpretáveis no sentido de cada uma destas hipóteses. O que não significa a sua equivalência ou compatibilidade, mas tão-só a permanência de uma real indefinição estratégica que tem de disponibilidade o que lhe faltará de clareza. É que realmente as três opções excluem-se, pelo menos a partir de certo momento, e implicam táticas políticas bastante diversas e, em certa medida, até opostas.

## A estratégia de ruptura

A primeira hipótese pressupõe, para se actualizar, uma modificação radical na estrutura do sistema partidário português. Existindo um Partido Comunista com cerca de 20 por cento de votos e um Partido Socialista com mais de 25 por cento, toda e qualquer possibilidade de ocupar esse terreno implica ou a (re-)integração no PS ou uma ruptura política que faça desaparecer da área dos factos políticos o partido de Mário Soares.

A empresa não é em teoria impossível e corresponderá aliás à solução que melhor asseguraria a tranquilidade psíquica da generalidade dos "reformadores". O seu passado de esquerda, as solidariedades antigas, os tiques antifascistas que aqui e ali se revelam, e mais alguns elementos fariam desta solução a mais apetecível. E tanto assim que no plano cultural, ou entre os que sobrevalorizam essa dimensão interventiva, o desejo de poder conseguir uma alteração do sistema oligárquico-partidário, que permitisse ser de esquerda e sê-lo de modo historicamente viável, é bastante forte.

Mas o êxito desta opção — sobretudo depois das experiências frustradas de entrada no mercado político de grupos como a UEDS — exige uma ruptura política real, pelo menos do tipo da que se processou em



França com De Gaulle, em 1958, que riscou do mapa o MRP. Ou então a possibilidade de, durante um certo período, forças antagónicas se unirem num projecto iluminista, coerente e forte, de modernização da sociedade portuguesa, de que viessem a resultar — depois do interregno — novos partidos, à esquerda e à direita, por cima das cinzas dos velhos. E seria um projecto presidencialista, afinal também uma forma de ruptura, o que eventualmente o poderia assegurar.

Para o favorecer, seria indispensável que os "Reformadores" se transformassem em agentes da ruptura, num universo político em que ninguém afinal a deseja, desde logo porque todas as forças se encontram melhor ou pior instaladas nas suas sinecuras de governo ou de oposição. Exigiria que descobrissem um utópico De Gaulle de centro-esquerda, que poderia ter sido Eanes se... não fosse Eanes.

Esta estratégia é, por isso, demasiado arriscada para que homens como Barreto e ambiciosos como Medeiros Ferreira a venham a seguir. Mas se assim é, disto se conclui que os "Reformadores" estão impedidos, por motivos políticos e estratégicos, de serem uma força de esquerda, por mais que as suas proclamações e a sua prática no plano tático o pretendam eventualmente sugerir. Em política ocupa-se muitas vezes um lugar que não corresponde aos desejos e aos pressupostos ideológicos, e lutar contra evidências políticas só tem dois resultados possíveis: ou o desenvolvimento de uma ruptura interior de tipo para-esquizofrénica ou a destruição da simples ideia de estratégia pela prática de tácticas inconsequentes e contraditórias. "A ES-

## «A esquerda da direita»

A segunda opção passa pela lúcida e definitiva conclusão que resulta da observação crítica da primeira, que se acabou de fazer. Sendo impossível ser esquerda, optar-se por ser "a esquerda da direita", por assim dizer. Para tal os "Reformadores" tenderiam a jogar firmemente na manutenção e fortalecimento da Aliança Democrática, de que fazem em certa medida parte, pressupondo a sua manutenção e procurando estabelecer relações mais diversificadas no interior da maioria, mais orientadas por critérios políticos do que ideológicos.

Neste caso os "Reformadores", desistindo de ocupação da esquerda, desistiriam também de um projecto de ruptura e de aniquilamento da actual oligarquia partidária. Tenderiam a procurar encontrar um espaço no seu interior — ou integrando-se a prazo no PSD, ou permanecendo autónomos, mas como uma componente da AD —, aceitando que não seriam hegemónicos mas um factor cultural e ideologicamente dinâmico e um contraponto para uma eventual estagnação e envelhecimento da Aliança.

Esta opção depara com um obstáculo específico, que tem a ver com a manutenção de identidade ideológica sem que daí decorra um posicionamento conflitual com outros sectores da AD; exigirá uma constante habilidade política que evite simultaneamente um erro por excesso e um erro por defeito. Que evite que sejam tão diferentes que se formem anticorpos que os rejeitem e tão iguais que se tornem desnecessários. E esta opção implica, também, que o grupo consiga que o desenvolvimento das suas perspectivas ideológicas possa prosseguir de modo tal que não entre em conflito com a opção tomada.

Para favorecerem esta opção teriam os "Reformadores" de definir quem são os seus aliados estratégicos e táticos no interior da AD e estabelecer com eles formas mais ou menos concertadas de colaboração po-

lítica. Designadamente, teriam de evitar que se criassem condições para que cada um dos partidos hegemónicos — PSD e CDS — pudessem vir a denunciar o acordo existente, caso em que seriam as principais vítimas, por nada lhes ficar destinado se não o aceitarem transformar-se numa espécie de MDP/CDE dos social-democratas.

## A alteração das alianças

A terceira opção basear-se-á num juízo prospectivo, que afinal se desenvolverá a partir de uma tese desejada. O juízo prospectivo será o da falência a prazo da AD e a tese desejada será a de que o equilíbrio político do País impõe a formação de um bloco central, constituído em especial pelo PS e pelo PSD.

Para tal seria ainda essencial que os chamados "tecnocratas" do PS levassem a melhor sobre os "históricos" e a estratégia teria na eventual candidatura presidencial de Mário Soares, com o apoio do PSD, um momento importante.

O grande problema desta hipótese será conseguir que os "Reformadores" se não tornem dispensáveis, no caso de ela se concretizar. E, antes disso, que a AD se desagregue e que no PS vençam a curto prazo os amigos de Vítor Constâncio. Para o favorecer, os "Reformadores" deverão gerar o maior número de conflitos com o CDS, numa espécie de provocação permanente que cada vez torne mais difícil aos "centristas" resistirem à hipotética pressão "direitizante" das bases. E aqui os aliados táticos e estratégicos seriam já não os que no interior da AD apostam na sua manutenção mas, pelo contrário, os que desejariam a sua terminada, entendendo-a como um simples momento tático.

## Uma opção difícil mas urgente

Nada parece indicar que os "Reformadores" já tenham escolhido. Embora os elementos disponíveis pareçam apontar no sentido de que Medeiros Ferreira e Sousa Tavares, os únicos de que se conhecem intervenções públicas posteriores às eleições, se orientarão mais para a terceira hipótese, que no entanto não deverá ser a que melhor corresponde aos desejos dos que privilegiam a acção cultural.

Seja como for, a opção é urgente. De facto, a primeira via exige a ruptura; ela terá de ser preparada. A segunda, exige uma aproximação ao CDS e neste aos que, como Lucas Pires, entendem a AD como um projecto estratégico. A terceira via exige, pelo contrário, um afastamento em relação ao CDS e a todos os mecanismos da AD, para além de um ataque, calculado mas determinado, aos ministérios entregues ao CDS.

Mas se é urgente a opção, ela é também difícil. Os riscos da primeira são tão elevados que nada sugere que possa ser prosseguida de um modo suficientemente consequente para poder ter êxito. Deve por isso ser abandonada. A decisão ir-se-á fazer entre a segunda e a terceira opção. Mas, repare-se, os "Reformadores" podem optar pela AD — e esta não resistir. Ou contra a AD — e esta manter-se. Os limites da força política dos "Reformadores" estão aí inequivocamente expressos. Limites, no entanto, de uma força real. Porque a opção que fizerem irá forçosamente contribuir para definir a tendência. A menos que o passado de militantes do PS lhes tenha deixado o tique de adiar as opções difíceis, não será imprudente admitir que da atitude perante a Comissão Coordenadora da AD e do modo como se articularem institucionalmente, ou não, na maioria parlamentar decorrerá o futuro deste grupo político.



# 'É um ambicioso'

— diz o reformador Sousa Tavares

«Não faço comentários afirmou-nos esta manhã Lucas Pires, remetendo-se a uma posição cautelosa, a propósito das afirmações de Sousa Tavares. No entanto, Lucas Pires reuniu-se esta manhã com Sá Carneiro e na segunda-feira trabalhará com Freitas do Amaral. Em discussão, o Programa do Governo e a questão do «leader» da AD. Lucas Pires poderá ter já terminado o seu «período de reflexão» e dar uma resposta definitiva sobre a aceitação ou não do cargo de coordenador-geral do Conselho Permanente da Aliança Democrática.

Sousa Tavares, porta-voz dos Reformadores, chamou-lhe ontem «menino ambicioso» e insinuou que esta polémica sobre Lucas Pires era incentivada «50% pelos jornais, 30% pelo próprio e 20% pelos bostos à portuguesa».

«Não existe, nunca existiu — prosseguiu Sousa Tavares — nunca esteve para existir o lugar de coordenador-geral da Aliança Democrática no Parlamento» e por isso, conclui Sousa Tavares «Temos o nosso porta-voz, que por acaso sou eu, e não abdicaremos jamais desse direito. Nem a favor do dr. Lucas Pires nem de ninguém. Não consentiremos jamais que alguém aqui fale no Parlamento em nosso nome».

Até onde e até quando irá

Diário de Lisboa

Sexta-feira, 11 de Janeiro de 1980



esta posição de «independência» dos Reformadores, é uma questão. Reformadores que Lucas Pires sempre separou da Aliança Democrática, conforme nos dizia na noite da eleição do presidente da Assembleia da República.

Que fazer com Lucas Pires? É uma questão que se coloca nos meios social-democratas e centristas. A sua marginalização poderá «contabilizar» o desagrado dos «ufira» que, depois de terem ameaçado não votarem em Leonardo Ribeiro de Almeida (PSD) para Presidente da Assembleia da República, poderão agora fazer nova pressão com o Programa do Governo. A unidade e coesão na Aliança Democrática não existe e isso não é «uma invenção dos jornais» como Sousa Tavares afirmou. «Defenderemos ferozmente a nossa independência parlamentar» diria ainda o ex-director da «Capital», acompanhando sectores do PSD que também mostram certa relutância em submeter-se a um porta-voz da AD.

Porta-voz da AD ou embaixador em Washington foram as duas pretensões de Lucas Pires, em «pagamento» do seu trabalho em prol da Aliança Democrática. O primeiro foi tentado, resta a segunda hipótese. Ou uma grave cisão na Aliança Democrática.

Lucas Pires esta manhã, no edifício onde se instalou a chefia do Governo AD, aos Prazeres. O deputado centrista teve uma reunião com Sá Carneiro e alguns ministros sobre o Programa do Governo que hoje sobe ao Parlamento. Que se prepara: salvar a face de Lucas Pires corrigindo o fiasco de terça-feira?

Fundação Cuidar o Futuro

## "Sousa Tavares não é o nosso porta-voz"

— esclarece Medeiros Ferreira

Diário de Lisboa

Sábado, 12 de Janeiro de 1980

Sousa Tavares não é o porta-voz dos Reformadores, mas tão somente um dos seus porta-vozes — disse ontem à tarde ao «DL», nos Passos Perdidos, o reformador Medeiros Ferreira.

Saldo do hemicycle depois de ter usado da palavra, Medeiros Ferreira veio dar uma volta cá fora, deitando de imediato mão a um exemplar de um vespertino que se encontrava abandonado num dos «maples» dos Passos Perdidos.

«É preciso ler a imprensa com muita atenção, pois aquilo que ela diz, mesmo que não seja verdade nesse momento, pode vir a acontecer pouco depois. Como de resto se tem verificado» — lembrou Medeiros Ferreira, no início de uma informal troca de impressões que durante alguns minutos manteve com dois redactores do «DL».

«A vossa manchete de hoje é um exagero» — comentou ainda

aquele reformador, referindo-se ao destaque que havíamos dado às afirmações de Sousa Tavares sobre Lucas Pires, classificando-o como «ambicioso». «Nós, reformadores, não temos nada a ver com a questão do porta-voz da AD. Isso é lá com eles» — concluiu.

«De qualquer modo foi um reformador quem veio à sua candidatura à Presidência da Assembleia da República, pelo que parece clara a existência de um contencioso Reformador-Lucas Pires (ou as forças que ele representa). Contencioso que se torna mais nitido se atendemos ao facto de Sousa Tavares ser o porta-voz dos reformadores».

«É importante esclarecer esse ponto. Sousa Tavares falou apenas em nome pessoal» — cortou Medeiros Ferreira. «Além do mais ele não é o porta-voz dos reformadores. É, sim, o nosso porta-voz, na Assembleia da

República, para os assuntos que se relacionem com o Governo. Mas há mais porta-vozes: por exemplo, o Nuno Godinho de Matos para as questões regimentais, o Pelágio Madureira para as questões de trabalho e assuntos sociais, eu próprio para a política geral. Quanto ao Lucas Pires e ao porta-voz da AD: repito que os reformadores nada têm a ver, nem querem, com essas questões. Nem com a AD. Temos, sim, um acordo assinado com o PSD».

«Acordo que, de resto, cito insistentemente na sua intervenção perante o plenário» — recordamos.

«Claro. Esse acordo é como que a nossa carta de alforria. Foi-lo propositadamente. Ficou registado e será transcrito no «Diário das Sessões».

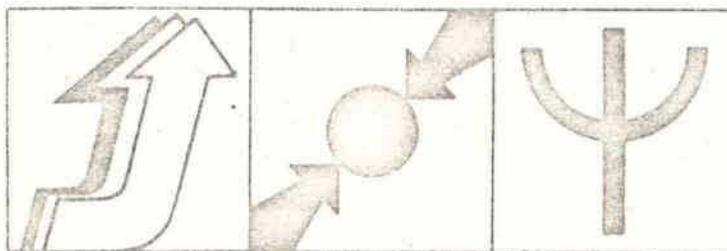
Antes de regressar ao hemicycle Medeiros Ferreira lembrou ainda que, se é certo que os reformadores respitarão escrupulosamente esse acordo, não deixa de ser menos verdade que defenderão intransigentemente a sua independência e a sua identidade própria, mantendo por isso uma larga margem de manobra.



# Ainda existem dificuldades no seio da Aliança Democrática

Quando todas as divergências pareciam ter sido ultrapassadas no seio da Aliança Democrática, relativamente à escolha do Presidente da Assembleia da República e à não criação, para já, do cargo de porta-voz parlamentar da AD, deixando o desempenho destas funções ao coordenador da Comissão Coordenadora da Aliança, por sinal o mesmo que estava indigitado para o primeiro cargo, ou seja o vice-presidente do CDS Lucas Pires, eis que anteontem a situação se voltou a agravar.

Na sessão parlamentar em que foi eleito o dr. Leonardo Ribeiro de Almeida para Presidente do Parlamento, tinha-se acordado na AD que, em nome desta, apenas Lucas Pires na sua qualidade de coordenador da Comissão Coordenadora saudaria o eleito. Aconteceu, no entanto, que após ter falado Lucas Pires, saudaram ainda o Presidente, contra tudo o que havia sido acordado entre o PSD, o CDS e o PPM, Medeiros Ferreira pelos «reformadores», Ferreira do Amaral pelo PPM, e Pedro Roseta pelo PSD.



Este facto provocou a demissão de Rui Pena de presidente do grupo parlamentar do CDS, já que foi ele que nessa qualidade e pela direcção política do seu partido estabeleceu os acordos com o PSD e o PPM para que houvesse apenas uma intervenção — a de Lucas Pires.

Entretanto, na reunião do grupo parlamentar do PSD, que se realizou no final do plenário parlamentar e em que dominaram os «falcões» do partido, foi pedida a «cabeça» de Vasco Pulido Valente, de Carlos Macedo e de mais alguns elementos sociais-democratas, que se incluem entre os mais próximos colaboradores de Sá

Carneiro. Esta situação veio dar origem ao afastamento de Carlos Macedo do cargo de presidente do grupo parlamentar do PSD, facto que é tanto mais significativo quanto ele desempenha também as funções de presidente da Comissão Política do partido, para o qual fora nomeado por indicação de Sá Carneiro.

Para presidente do grupo parlamentar social-democrata foi eleito Pedro Roseta que terá, como apolantes, representantes tidos como pertencendo aos «falcões» — Amândio de Azevedo, Moura Guedes, Bento Gonçalves e, ainda, Ângelo Correia.

Esta situação de conflito interno no PSD vem revelar a inexistência de um chefe do actual grupo parlamentar do partido.

As divergências na AD, no entanto, estendem-se também ao CDS, onde, com a saída de Freitas do Amaral, Amaro da Costa e Basílio Horta, se assiste a uma reordenação do poder. Rui de Oliveira, ao que nos afirmam, procura alcançar posição cimeira no partido, falando-se em que poderá vir a ser o presidente da Comissão Directiva, passando a centralizar em si todo o poder político dos democratas-cristãos.

Nestas condições, é fácil concluir que Lucas Pires não poderá assumir qualquer cargo na comissão coordenadora da AD, cuja acção, composição e futuro são cada vez mais indefinidos.

A situação, além do mais, reflecte-se na imagem do Governo, o qual está a ser prejudicado e, nalguns meios políticos, começam a levantar-se desde já receios quanto à actuação do Executivo.

## Fundação Cuidar o Futuro



### A sequência da crise

A sequência é conhecida. Na quarta-feira, 2 de Janeiro, a Comissão Coordenadora da Aliança Democrática reúne na sede do PSD. Ao princípio da tarde do mesmo dia, Carlos Macedo anuncia o abandono da proposta de candidatura de Medeiros Ferreira à presidência da Assembleia da República. Simultaneamente, sente-se nos meios da AD alguma preocupação pelo propósito manifestado por alguns responsáveis de garantir à Aliança a presidência de todas as comissões parlamentares, o que retiraria aos Reformadores a possibilidade de compensação, de por essa via, da perda da presidência da AR. Veio, aliás, a verificar-se que essa «monopólio» é impedido pelo próprio regimento da Assembleia.

Em aparente reacção às declarações de Carlos Macedo, os Reformadores reúnem-se nessa mesma tarde e salientam, em comunicado, que a eleição do presidente da AR não está contemplada no Acordo de Cooperação Política que celebraram com o PSD. Além disso, afirmam a sua preferência por um candidato à «com provas dadas na luta contra o regime ditatorial anterior ao 25 de Abril».

Não é esse o traço dominante do perfil político de Leonardo Ribeiro de Almeida, cuja candidatura recebe, ainda na noite do dia 2, o apoio unânime do grupo parlamentar do PSD. Mais nebuloso é o resultado das diligências que na mesma ocasião se iniciam para colocar Carlos Macedo na presidência do grupo parlamentar social-democrata.

O dia de quinta-feira foi ocupado, sucessivamente, com a cerimónia de posse do Governo e a primeira reunião plenária do novo Parlamento. Mesmo assim, a noite não terminou sem uma reunião informal dos líderes da Aliança para debate da questão do porta-voz. Na sexta-feira de manhã, sensação:

embora o cargo não esteja ainda criado, Lucas Pires anuncia que não o aceitaria. (Na véspera, almoçara com Vasco Pulido Valente; ele significativo?). A reunião dos grupos parlamentares da AD, marcada para essa manhã, é adiada, realizando-se, em seu lugar, uma reunião das respectivas direcções.

Sá Carneiro mostra-se descontente com os sectores que, no seu partido, hostilizam a atribuição do cargo de porta-voz a um centrista em geral, e a Lucas Pires em particular — preferindo, inclusivamente, a hipótese de não ser criado tal cargo. Nada é resolvido. Entretanto, surge novo problema: os deputados social-democratas das Ilhas não admitem sequer a possibilidade de vir um centrista a falar em seu nome no Parlamento.

Numa autêntica maratona negocial, Sá Carneiro e Freitas do Amaral encontram-se de novo nessa noite: os matutinos de vespertinos de sábado anunciaram que os líderes chegaram a acordo para a institucionalização do cargo de porta-voz parlamentar da Aliança. Mas o acordo dos dirigentes não chega — que o diga Sá Carneiro... E, no fim-de-semana, surge um novo elemento que irá contribuir decisivamente para a resolução do diferendo: o CDS anuncia não apoiar a candidatura de Leonardo Ribeiro de Almeida para a presidência da Assembleia da República, caso não seja dada aos centristas uma compensação pelo facto de o PSD acumular a chefia do Executivo com a presidência da AR.

Segunda-feira à noite, finalmente, a solução de compromisso: Lucas Pires coordenador-geral do Conselho Permanente da Aliança Democrática, Leonardo Ribeiro de Almeida firma na presidência da AR; sugerida a criação de um grupo parlamentar independente para os deputados das Ilhas.

Na votação de terça-feira, no Parlamento, a posição dos Reformadores, que inspirava algumas dúvidas, revela-se de total lealdade à Aliança.

# Reformadores não votarão candidato PSD

Os «reformadores» não votarão em Leonardo Ribeiro de Almeida para a Presidência da Assembleia da República, argumentando, a propósito, que o acordo com o PSD em nada os obriga a respeitar, neste capítulo, as deliberações do partido de Sá Carneiro. Desconhece-se para já qual vai ser o seu voto (para tomarem uma decisão a esse respeito, realizam-se, hoje, nas instalações do Parlamento). Sublinhe-se que Medeiros

Ferreira, inicialmente apontado como candidato, desabafa agora deverse a sua substituição aos fascistas da «Aliança». Entretanto, esta tarde, a questão deverá ficar esclarecida após os deputados votarem nos dois candidatos: Leonardo Ribeiro de Almeida (pelo PSD) e Teófilo Carvalho dos Santos (pelo Partido Socialista). Na página 11 publicamos mais noticiário sobre o assunto.

Leonardo Ribeiro de Almeida, o candidato da Aliança Democrática obteve 129 votos. O seu opositor, Teófilo Carvalho dos Santos, do PS, obteve 119 votos. Depois vieram os vice-presidentes da Assembleia, também eleitos em segunda votação: Nuno Rodrigues dos Santos, do PSD (206 votos a favor, 35 contra e 7 abstenções), Martins Canavele, do CDS (200 votos a favor, 35 contra e 7 abstenções), António Arnaut, do PS (125 a favor, 117 contra e 6 abstenções) e José Vitoriano do PCP (132 votos a favor, 110 contra e 6 abstenções).

# «AD» elegeu candidato do PSD

Após uma sessão em que foi necessário recorrer a duas interrupções para que chegassem deputados da AD mais retardatários, e de uma votação repetida devido a um voto-fantasma surgido inexplicavelmente na urna, Leonardo Ribeiro de Almeida, do PSD, foi escolhido para presidente da Assembleia da República, por 129 votos contra 119 recolhidos

por Teófilo Carvalho dos Santos, do Partido Socialista.

Terminou assim o primeiro «round» da luta e divisão no seio da «Aliança» com a aparente vitória do partido de Sá Carneiro e a incondicional submissão dos reformadores, independentemente das ameaças de abstenção e de voto contra. Página 24.



# AD sem porta-voz parlamentar (talvez em definitivo)

Tal como a A TRIBUNA ontem referia, a AD não deverá ter porta-voz parlamentar, pelo menos nos primeiros tempos de funcionamento da AR, sendo, mesmo, muito provável — e aqui reside a novidade — que nunca venha a ser nomeado um dos deputados da actual maioria para essas funções.

De acordo com informações que obtivemos junto de alguns dirigentes partidários, entre os quais o membro da Comissão Política do Directório do PPM João Camossa, duas teses se defrontaram, no que se referia à formação do Governo e ao modo de actuação no Parlamento: existiam, por um lado, os que defendiam um executivo constituído por elementos do PSD, independentes e, talvez, PPM e Reformadores, sendo dado ao CDS a possibilidade de escolher

um porta-voz para a AD; outra corrente oposta àquela pronunciava-se por um governo, misto, PSD/CDS, com grupos parlamentares de todo independentes.

(A possibilidade de um Gabinete PSD/CDS e de um porta-voz da AD era, desde logo, pouco viável, como veio a verificar-se, até pela oposição, conjunta, do PPM e Reformadores).

Venceu a segunda tese e, assim, «não haverá porta-voz», pelo menos de

acordo com as informações que obtivemos.

Refira-se, por outro lado, que a hipótese porta-voz e Governo PSD/CDS foi defendida pelo CDS, Lucas Pires, inclusive. Este, por uma questão de disciplina e coerência partidária, teria apoiado uma tese que acabou por impedi-lo de ser o pretendido porta-voz.

Compreendem-se, deste modo, as palavras do vice-presidente centrista, ao mencionar um certo «esquerdismo». Referia-se, claro está, à oposição vinda dos populares monárquicos e dos Reformadores, aliás, apoiados num sector do PSD.

Significativa, também, foi a circunstância de ter sido Ferreira do Amaral, líder do grupo parlamentar

do PPM, a anunciar que, para já, não haveria porta-voz.

Entretanto, o presidente da AR será Leonardo Ribeiro de Almeida, segundo ficou decidido na última reunião dos grupos parlamentares do PSD, CDS e PPM, a que não estiveram presentes os Reformadores.

Importa, ainda, acrescentarmos que o facto de existirem, por vezes, teses divergentes no seio da AD não significa que hajam ocorrido desentendimentos graves. Pelo contrário, tais divergências ocorrem sempre que se formam governos de coligação, não se lhe podendo atribuir, pois, nenhum significado especial.

V. S.



## CDS AMEAÇOU COM ABSTENÇÃO

# Lucas Pires venceu perante recuo do PSD

O dr. Lucas Pires ganhou a primeira «batalha»: não só afastou o dr. Medeiros Ferreira (reformador) da «corrida» à presidência da Assembleia da República, como conseguiu realizar a sua ambição pessoal: ser porta-voz da Aliança Democrática.

Não se chamará «porta-voz», como nos dizia esta manhã uma fonte de informação próxima do CDS, mas talvez presidente da Coordenadora da Aliança Democrática. Com esta variante de nomenclatura pretende-se não deixar mal o PSD e Sá Carneiro,

já que em pouco tempo o novo Primeiro-Ministro teve de fazer duas importantes cedências. Ainda há poucos dias o «leader» parlamentar do PSD, Carlos Macedo afirmava que não haveria porta-voz da AD.

Sá Carneiro pode não ter problemas no Parlamento, como maioria absoluta, mas as «negociações» que o PS tinha de fazer para «passar» algumas das suas propostas, terá Sá Carneiro de fazer no seio da Aliança Democrática. Este Governo vai ter de negociar o seu apoio na Aliança, o que não vai ser fácil.

A situação resolveu-se num encontro de Sá Carneiro com Freitas do Amaral, numa reunião ontem realizada e que esta tarde deverá ser confirmada pela Comissão Coordenadora. A situação agravou-se quando o grupo Parlamentar do CDS pressionou e ameaçou: o dr. Lucas Pires era porta-voz da AD ou o grupo parlamentar abstinha-se na votação amanhã na AR, na eleição para Presidente da Assembleia da República, derrotando o candidato do PSD, Leonardo Ribeiro de Almeida, pelo menos na 1.ª volta, ou elegendo mesmo o

candidato socialista Teófilo Carvalho dos Santos.

Foi então que os dois dirigentes se encontraram para resolver a questão, sendo mais uma vez o PSD a recuar. Resta saber como vão reagir os Reformadores (há o contencioso Lucas Pires Medeiros Ferreira) a esta decisão.

Portanto, Lucas Pires ficará como porta-voz da AD. Recordamos que os grupos parlamentares da Aliança têm os seguintes «leaders» parlamentares: Rui Pena (CDS), Carlos Macedo (PSD), Medeiros Ferreira (Reformador) e Ferreira do Amaral (PPM). Resta saber como irão abdicar em favor da intervenção de Lucas Pires nas matérias mais graves em discussão no Parlamento.

Esta tarde e após tomar conhecimento dos resultados da reunião da Comissão Coordenadora da AD, reúne-se na Assembleia da República a coordenadora do grupo parlamentar do CDS. Se ficarem «satisfeitos», os centristas não se absterão amanhã na eleição do Presidente da Assembleia da República. Os «duros» do CDS poderão ficar contentes. E os outros?

Designadamente, muitos dos eleitores que votaram AD, a 2 de Dezembro, conferindo um mandato de confiança à coligação que reuniu socialistas-democratas, centristas, monárquicos-populares e «reformadores», e à proposta de mudança e de eficácia inscrita no programa comum, denunciam certa preocupação. Receio por os grupos coligados poderem estar a desgastar-se em questões menores, pelo que poderá decor-

rer do enfraquecimento e que fatalmente darão origem as dissidências aparentemente reveladas — quase pânico se, tropeçando nas questões de pouca monta, PSD-CDS-PPM e «reformadores», não virão a ser capazes de se entenderem relativamente aos grandes problemas, pondo, então, em risco o próprio projecto que afflou (ou se quiserem, empoigou) cerca de três milhões de concidadãos...

# Alegre confirma mas outros "fogem"

Expresso

O DIRIGENTE socialista Manuel Alegre pediu a demissão de membro do Secretariado do PS; segundo ele próprio confirmou, ontem à noite, ao EXPRESSO. A fonte em que inicialmente recolhemos esta informação dava também como certo, idênticos pedidos de demissão de Vítor Constâncio, Jaime Gama e Tito de Morais. Todavia, já depois de Alegre ter confirmado o seu abandono, Alberto Arons de Carvalho, na qualidade de porta-voz do PS,

dizia ao EXPRESSO que não havia quaisquer demissões.

Jaime Gama não pôde ser contactado nos Açores, onde se encontrava, e Vítor Constâncio disse, telefonicamente, que, independentemente do seu interlocutor e do EXPRESSO, se recusava a falar com jornalistas sobre essa matéria.

Os pedidos de demissão teriam sido apresentados numa reunião do Secretariado Nacional, realizada nas instalações do Parlamento. Na ocasião, Jaime Gama fez um longo discurso, tendo con-

cluído que os membros do Secretariado não estavam agarrados ao lugar, ao contrário do que adversários políticos sugeriam.

O Secretariado Nacional do PS ter-se-ia reunido de novo durante a noite de ontem para debater a questão, podendo, eventualmente, pedir aos demissionários que reconsiderem.

Em contrapartida, e no complexo jogo de tendências existente no seio do PS, poderia ganhar força a ideia da criação de um mini-executivo de quatro elementos do Secretariado.

Vítor Constâncio e António Guterres pareceram, nas últimas semanas, dispostos a exercer pressão no sentido de uma reestruturação do Secretariado Nacional, cuja composição não merece o acordo de um sector cada vez mais significativo do PS. A demissão dos três "históricos" poderia significar uma resposta tática imediata.

Entretanto, sucedem-se as movimentações, entre as quais encontros, a que têm comparado cerca de três dezenas de membros da Comissão, com a finalidade de discutirem uma estratégia que inverta a tendência de Mário Soares para a conciliação, factor que é considerado como estagnante.

Entre os presentes a estes encontros destaca-se o ex-ministro da Educação, Sotomayor Cardia. Os propósitos deste grupo foram, aliás, apresentados na última reunião da CN, mas sem êxito.

Segunda-feira, 14 de Janeiro de 1980 / Portugal HOJE

## Secretariado do PS

### A questão das demissões

Enquanto que Jaime Gama afirmou nos Açores não ter apresentado qualquer pedido de demissão do Secretariado Nacional do Partido Socialista, Manuel Alegre afirmou ao nosso jornal subscrever «inteiramente as declarações do meu camarada Jaime Gama». Recordar-se que já Vítor Constâncio havia desmentido que tivesse pedido a demissão e, por outro lado, fonte de confiança afirmou-nos que, igualmente Manuel Tito de Morais não a pediu.

Falando para dois jornais açorianos, depois de desmentir que tivesse pedido a demissão do Secretariado Nacional do PS, Jaime Gama considerou que a reunião do Conselho Nacional do seu partido, marcada para o Porto, no próximo fim-de-semana, poderá trazer algumas modificações nos órgãos directivos do Partido.

Por seu turno, Manuel Alegre prestou-nos a seguinte declaração ontem à tarde:

«Os problemas do Partido Socialista devem ser colocados num terreno ideológico e político e não num terreno pessoal; por isso, entendo que os dirigentes não devem estar agarrados aos lugares, antes devem contribuir com uma atitude de disponibilidade e, se necessário, de demissão dos seus cargos para uma solução colectiva que favoreça a unidade e dinamização do Partido num espírito de fidelidade à sua identidade e à sua declaração de princípios. Neste sentido, mantenho a nossa posição e subscrevo inteiramente as declarações do meu camarada Jaime Gama.»

Fundação Cuidar o Futuro



## DECISÃO COLECTIVA PARA FACILITAR REORGANIZAÇÃO Secretariado Nacional do PS vai demitir-se no sábado

O Secretariado Nacional do Partido Socialista deverá apresentar colectivamente a sua demissão no próximo sábado, na reunião da Comissão Nacional do PS que se realiza no Porto, na Cooperativa dos Pedreiros, sobre esta manhã o «DL» de fonte autorizada.

Esta decisão dos principais dirigentes socialistas destina-se a permitir a recomposição do principal órgão do partido e serve como demonstração de que os seus membros não se encontram «agarrados ao Poder».

Carecem assim de sentido as especulações feitas em alguns órgãos de Informação sobre o significado das demissões de alguns «históricos» (Tito de Moraes, Manuel Alegre e Jaime Gama) e de um «tecnocrata» (Victor Constâncio) que, ao que tudo indica, se enquadram em decisões oportunamente adoptadas pelo Secretariado Nacional do PS e que só se deverão concretizar no próximo sábado.

Entretanto, o «DL» apurou também que se continuam a desenvolver normalmente os trabalhos das comissões do Secretariado que se estão a debruçar sobre a reestruturação do partido para elaborar propostas a apresentar à Comissão Nacional. Os documentos que estas comissões vão apresentar encontram-se praticamente prontos.

### LUGARES VITALÍCIOS

As declarações proferidas por dirigentes socialistas durante o fim-de-semana sobre este tema confirmam de algum modo a informação que damos, sem serem, no entanto, tão conclusivas.

Manuel Alegre afirmou à ANOP que «os problemas do PS devem ser colocados num terreno ideológico e político e não num terreno pessoal», ao mesmo tempo que salientou que «os dirigentes não devem estar agarrados aos lugares, antes devem contribuir com uma atitude de disponibilidade e, se necessário, de demissão dos seus cargos». Alegre defendeu «uma solução colectiva que favoreça a unidade e dinamização do PS», num «espírito de fidelidade à sua identidade e à sua declaração de princípios».

Outro dos apontados como demissionários, Jaime Gama, desmentiu, após regressar dos Açores, que tivesse assumido alguma posição individual, adoptando uma posição próxima da de Manuel Alegre. «Nenhum dirigente do PS», afirmou, «dos mais conhecidos aos menos publicitados, deve considerar que exerce cargos vitalícios.»

Por seu turno, Almeida Santos, depois de ser reeleito presidente da Assembleia Municipal da Guarda (tal como aconteceu com Salgado Zenha em Braga), afirmou aos jornalistas que «não há divisões no PS, mas sim divergências, naturais em partidos democráticos». Almeida Santos acrescentou que «o pedido de demissão dos referidos elementos (Alegre, Tito de Moraes,

Gama e Constâncio) destina-se a facilitar uma eventual recomposição dos órgãos do PS, dado que uma reorganização passa sempre pela consideração das pessoas que preenchem esses órgãos».

### TRABALHO DISTRITAL

Entretanto, o fim-de-semana passado, e para além destas questões controversas de demissões e divergências, foi para os socialistas de intenso trabalho. O objectivo primeiro é reestruturar o partido, reorganizá-lo e activá-lo para que possa funcionar como instrumento eficiente na prossecução da linha política definida no último Congresso do PS, nomeadamente no documento «Dez Anos para Mudar Portugal». Todas as federações distritais reuniram-se para preparar o trabalho da Comissão Nacional do próximo sábado.

Das que conhecemos, a mais importante iniciativa neste campo desenvolveu-se na cidade do Porto, onde o secretário-geral Mário Soares reuniu no sábado com militantes da federação distrital. O líder máximo dos socialistas não fez declarações no fim da reunião, e o pouco que se conseguiu apurar dos trabalhos que demoraram quase seis horas e reuniram cerca de duzentos quadros partidários, foi o que um informador anónimo disse à ANOP: «O PS tem estado fechado sobre si próprio e vai procurar inserir-se mais na realidade».

Em Viseu, Sousa Gomes presidiu aos trabalhos, que começaram por versar sobre as eleições intercalares e autárquicas, juntando no debate 150 socialistas eleitos para as autarquias nos 24 concelhos do distrito e foram depois alargados aos quadros partidários, para debater a situação partidária.

Em Portalegre, o deputado PS pelo círculo Miranda Calha dirigiu os trabalhos que, para além de abordarem aqueles pontos, incidiram também, como aliás seria natural nesta região, sobre a solução dos problemas agrícolas. Das conclusões ressalta a defesa de um reforço da organização partidária e de uma maior descentralização em termos de autonomia das federações, bem como o estabelecimento de um calendário de reuniões a iniciar imediatamente.

Por fim, em Ponta Delgada, reuniram as federações das ilhas de Santa Maria e S. Miguel, sob a presidência do deputado Jaime Gama. Em foco o programa do VI Governo sobre as regiões autónomas e declarações do primeiro-ministro Sá Carneiro sobre o mesmo tema. Este foi acusado de «chamar para a esfera do Governo central assuntos cuja apreciação já se encontra em curso a nível açoriano, como é o caso das zonas francas o que representaria «uma óptica centralista e restritiva da própria autonomia regional», que teria o apoio dos social-democratas locais.

### JUVENTUDE FUNDADA

Também durante o fim-de-semana, reuniu a Comissão Nacional da Juventude Socialista. A abertura da organização ao diálogo com outras forças da «esquerda democrática», nomeadamente com as juventudes da ASDI e da UEDS foi a mais surpreendente deliberação adoptada.

Jovens vindos de todo o País analisaram também a situação política nacional e traçaram o plano de actividades para os próximos meses, no sentido de alargar o campo de actividades da organização.



# Secretariado vai cair

O Secretariado Nacional do PS vai cair, após o esgotamento total das propostas de entendimento entre os dois grupos-base que se «digladiam» no seio do partido: os «ex-GIS/tecnocratas» e os «históricos».

Esta informação foi-nos transmitida, como «certeza», por grande parte dos socialistas contactados pelo «Tempo», os quais nos afirmam que também a Comissão Directiva do PS está a ser posta em causa.

## A CRISE NO PS SECRETARIADO VAI CAIR

O Secretariado Nacional do PS vai cair na próxima Comissão Nacional do partido, a realizar no Porto a 19 e 20 do corrente. Esta é a certeza de grande parte dos elementos socialistas que até ontem contactámos, tendo alguns deles manifestado ao «Tempo» a impossibilidade de outra «saída» para a resolução da grave crise interna que o PS atravessa.

Por outro lado, encontra-se, também, em causa, segundo apurámos, a Comissão Directiva do partido, formada por cerca de 40 membros, parecendo manter-se intocável, por enquanto, a integridade da Comissão Nacional — o órgão que elige o Secretariado (de 15 membros) e a Comissão Directiva — enquanto instituição que pode evitar a extrema consequência de um Congresso Extraordinário.

## ESGOTADAS TENTATIVAS DE ENTENDIMENTO

Segundo nos afirmou um dirigente socialista conotado com o grupo dos «históricos», foram feitas todas as tentativas de entendimento entre as várias «sensibilidades» do partido, mas esgotou-se esse recurso, pelo que há que redistribuir «ex-GIS», «tecnocratas», «moderados» e «históricos» por um novo Secretariado e uma nova Comissão Directiva que sejam representativos da nova balança de forças no seio do PS.

As nossas fontes sublinham que, até à entrada dos ex-GIS no partido, o equilíbrio entré as duas «facções» dominantes — «históricos» e «tecnocratas» — se fazia naturalmente, com uma certa «dialética». Agora, está consumado o desequilíbrio de forças, agravado pelo facto de, no último Congresso, o Secretariado Nacional ter surgido através de um «arranjo».

Esse «arranjo» não deu lugar ao Secretariado que, inicialmente, fora proposto por Mário Soares e, desde logo, começaram algumas divergências, por parte de elementos socialistas que não admitiram tal distribuição de «sensibilidades», naquele órgão do partido.

Por outro lado, o «caso» Cardia, que está na origem próxima do despoletar da crise, parece estar já (definitivamente?) arquivado, dada a pouca importância relativa do grupo do ex-ministro da Educação, ao propor, para médio prazo, uma aliança PS-PSD.

Na verdade, como tínhamos salientado na semana passada, Sottomayor Cardia não goza de grande apoio a nível das bases do partido, embora os seus objectivos possam convergir com os dos sindicalistas afectos à Fundação José Fontana.

## ACUSAÇÕES MÚTUAS DOS «EX-GIS/TECNOCRATAS» E «HISTÓRICOS»

A «luta» está, pois, centralizada à volta dos «ex-GIS» e «tecnocratas», que formam um bloco estratégico, contra os «históricos», e vice-versa, sob o juízo difícil e tanto possível neutral e conciliador de Mário Soares.

Segundo nos explicam, no Partido Socialista, os «ex-GIS/tecnocratas» pretendem diminuir a influência dos «históricos» a nível das cúpulas partidárias. Por outro lado, os «históricos» pretendem responsabilizar os «tecnocratas» — e os «moderados» — pela derrota eleitoral do PS, não compreendendo, segundo confessam, a «lógica» e «estruturas» da estranha aliança entre o «grupo» de Jorge Sampaio e o de Vitor Constâncio.

Na opinião dos «históricos», essa aliança reflecte a tendência «visível» dessas personalidades em «governar a todo o custo». Por outro lado, os mesmos «históricos» declaram-se a favor do debate sobre a política do Partido Socialista, conferindo grande importância à sua definição. Isto é, se é, realmente, um partido socialista ou social-democrata, se defende os interesses dos trabalhadores, se vai persistir na política de alianças com a direita.

O mesmo não pensam os «ex-GIS» e, sobretudo, os «tecnocratas» que consideram historicamente «ultrapassados» os seus camaradas de «oposição» interna, enquanto apostam no seu próprio êxito e no novo rosto socialista de técnicos compe-

tentes, dispostos a «revolucionarem» o figurino político e social do PS para as eleições de 1984.

## DIRIGENTES NÃO TÊM NOÇÃO DA FORÇA DE CADA PARTIDO

Estes, segundo se sabe, teriam aconselhado Mário Soares a manter-se neutral nesta «contenda», o que realmente parece estar a acontecer. No entanto, a posição neutral do secretário-geral não estará a agradar muito aos «históricos», os quais, segundo as nossas últimas informações, teriam retirado parte da confiança que nele depositam.

Para já, nem os próprios dirigentes do partido têm noção de qual é a força real de cada um dos grupos em «debate»; uma vez que não houve, ainda, nenhuma votação nesse sentido.

De um «pormenor» têm os socialistas a certeza: se Mário Soares

acaba com a conciliação, a crise avançará, inexoravelmente para o Congresso Extraordinário do PS. E aí tudo é de prever.

O secretário-geral, evidentemente, não está interessado nesse «abandono», pois em vésperas de eleições gerais um Congresso Extraordinário poderá representar um grave factor de desagregação do eleitorado.

## NOVAS ADESÕES AO PS

Na sequência de várias adesões ao Partido Socialista, verificadas após os últimos actos eleitorais, registaram-se, recentemente, as do dr. Vasco Esteves Fraga, secretário de Estado dos Transportes do V Governo Constitucional, e do eng.º António Morais Sarmento de Barros, da Direcção-Geral do Fomento Florestal e filho do prof. Henrique de Barros, deputado pelo partido à Assembleia da República.

Fundação Cuidar o Futuro



# MIRN congratula-se com atitude do Governo

MRPP CONDENA  
INVASÃO RUSSA

O PRIMEIRO DE JANEIRO  
6 de Janeiro de 1980

## Portugal repudia intervenção soviética

# CHAMADO A LISBOA EMBAIXADOR NA URSS

O Governo português repudiou ontem, em termos enérgicos, a intervenção soviética em Cabul, tendo sido chamado a Lisboa o embaixador português em Moscovo, enquanto o embaixador soviético em Lisboa foi chamado ao Palácio das Necessidades.

Ao fim da noite de ontem o Conselho de Ministros distribuiu a seguinte nota à imprensa:

1. O Governo português tomou conhecimento, com a maior preocupação, da invasão do Afeganistão por tropas soviéticas e do apoio prestado por estas ao derrube do Governo regular desse país.

2. O Governo português considera ser seu dever exprimir o mais vigoroso protesto e formular a mais firme condenação relativamente a esta clamorosa violação do direito internacional, que constitui, sem qualquer dúvida, uma grave ameaça à paz e à segurança internacionais.

3. Em consequência destes acontecimentos, o ministro dos Negócios Estrangeiros decidiu chamar a Lisboa, para consultas, o embaixador de Portugal em Moscovo. Simultaneamente foi chamado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros o embaixador da União Soviética em Lisboa, para o efeito de lhe ser comunicada a posição do Governo português sobre o assunto.

4. O primeiro-ministro informou o presidente da República sobre a evolução da situação e sobre as decisões tomadas pelo Governo.

## PRESENÇA SOVIÉTICA NO AFGANISTÃO

# "Dureza" do Governo AD Fundação Cuidar o Futuro esconde outros objectivos

Diário de Lisboa

Segunda-feira, 7 de Janeiro de 1980

A presença soviética no Afeganistão deu origem à primeira acção do Governo AD em matéria de política externa, traduzida num alinhamento total com as posições dos Estados Unidos por forma a surpreender os próprios observadores europeus que confrontam a precipitação do executivo português com a prudência que outros países europeus estão a manifestar.

Para além de um protesto formal do que é classificado em Nota Oficial como «invasão do Afeganistão por tropas soviéticas», hoje entregue ao embaixador da URSS em Lisboa, Arnold Kalinin que para o efeito foi chamado ao Palácio das Necessidades, Freitas do Amaral, o dirigente centrista que agora é responsável pela política externa, chamou também a Lisboa o em-

baixador português em Moscovo, Fernando Magalhães Cruz, esta tarde chegado à capital depois do voo em que seguiu ter sido ontem à noite desviado para Madrid devido às condições que se registavam no aeroporto da Portela.

Numa primeira análise a estas posições do Governo Sá Carneiro tudo aponta para um empenhamento intencional de uma questão que, embora grave e como tal preocupando a comunidade internacional, ainda continua a ser alvo de prudente estudo nos organismos próprios e pelos dirigentes das principais nações ocidentais. Esta manobra de antecipação de Sá Carneiro/Freitas do Amaral aparece, desta forma, como visando dois objectivos: colher eventuais dividendos, no plano externo, pela afirmação de subordinação à política de Washington e, no plano interno, aprofundar linhas de fractura na sociedade portuguesa, acentuando a política de bipolarização preconizada pelos dirigentes «alianciados».

A questão do Afeganistão havia sido já tratada pelo Governo Pinto Silgo que manifestara a sua preocupação junto do embaixador Arnold Kalinin, recebendo a garantia de que a URSS

intenciona retirar as suas tropas daquele país logo que a situação interna se encontre normalizada. O novo gabinete ignorou estas acções diplomáticas e resolveu encetar novas acções cujas consequências finais não se podem ainda avaliar.

A própria situação afgã (neste momento e antes do último golpe de Estado ali ocorrido) é demasiado confusa para permitir tomadas de posição como estas — isto a fazer té no testemunho insuspeito das agências noticiosas internacionais. A precipitação que Sá Carneiro, como dirigente político, tem dado provas nos últimos anos, aliada à política direita defendida pelo CDS, pode contribuir para explicar a atitude governamental e, desde já, adensa as preocupações sobre o que será a acção deste executivo, tanto no plano interno como externo.

Para já, a posição assumida pelo Partido Socialista, que acompanhou o gesto governamental, ao protestar pela «invasão soviética» pode contribuir para que se cumpra um dos objectivos aparentemente perseguidos por Sá Carneiro/Freitas do Amaral: a utilização de um assunto internacional como

arma de política interna.

Quanto ao Partido Comunista, recusou até ao momento, qualquer tomada de posição, dado, por um lado, a falta de elementos para uma análise segura e, por outro lado, dado que o assunto não envolve directamente Portugal.

MNE



# «POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO É MEGALÓMANA E BONAPARTISTA»

● PCP, MDP E PS RECEBIDOS POR PINTO BALSEMÃO

Salgado Zenha, chefiando a delegação do PS ontem recebida pelo ministro-adjunto Pinto Balsemão, considerou que o chamamento do nosso embaixador em Moscovo fora «uma atitude megalómana, ditada por uma perspectiva bonapartista». Uma tal iniciativa só podia atribuir-se num propósito de «desviar as atenções do Povo português dos seus problemas para questões de guerra fria», disse ainda.

A delegação do MDP/CDE, chefiada por António Galhordas, fez declarações igualmente críticas em relação à atitude do actual executivo, embora não as explicitando tão frontalmente. «Portugal deve contribuir para aliviar as tensões internacionais e não para agravá-las» — declarou António Galhordas, que frisou opor-se o MDP/CDE a qualquer profissionalização das Forças Armadas.

12-JANEIRO-1980

Expresso

## Mário Soares teve conhecimento prévio da atitude do Governo

A DECISÃO do Governo Português de manifestar o seu protesto diplomático contra a intervenção de Forças Armadas Soviéticas no Afeganistão foi objecto de comunicação prévia a certas personalidades políticas não integradas no Executivo, antes de ter sido divulgada publicamente, através de uma nota oficial da Presidência do Conselho de Ministros e do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

No entanto, esta nota oficial apenas foi difundida ao fim da tarde do sábado passado, dia 5 de Janeiro.

Antes disso, o Governo tinha comunicado o seu conteúdo a Gonçalo Ribeiro Teles e José Medeiros Ferreira, líderes do Partido Popular Monárquico e dos Reformadores.

Do mesmo modo, ele foi previamente transmitido a João Bosco Moia Amaral e Alberto João Jardim, respectivamente, Presidente do Governo Regional dos Açores e Presidente do Governo Regional da Madeira.

Mas, o aspecto mais inovatório do comportamento governamental residiu no contacto oficial estabelecido com Mário Soares, Secretário-Geral do Partido Socialista, a quem foi explicada, durante a tarde de sábado, a atitude que o Governo iria adoptar, por um lado condenando a actuação da URSS, e por outro lado chamando a Lisboa para consultas o embaixador em Moscovo.

Parece ter sido objectivo do Governo, numa matéria tão importante de política externa privilegiar os contactos com o Partido Socialista, na pessoa do seu secretário-geral.

Segundo o EXPRESSO pôde apurar teria sido o ministro-adjunto do Primeiro-Ministro Francisco Pinto Balsemão a desempenhar esta missão de contacto governativo.

Entretanto, um último ponto da deliberação do Governo sobre o caso do Afeganistão era o da convocação do Embaixador da URSS em Lisboa, para tomar conhecimento das restantes decisões governamentais para o que se deslocou ao Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Recorde-se que, em entrevista recentemente publicada, o ex-Primeiro-Ministro, Maria de Lurdes Pintasilgo, questionada sobre se "seria conciliável à luz da Acta de Helsínquia e ao esforço da "détente" a intervenção soviética consumada no Afeganistão", respondeu:

"Pois aí está. É o outro lado da questão. Pela informação que obtive directamente em contacto com o embaixador da União Soviética, o Governo da URSS garante ao Governo português que retirará as tropas que, eventualmente, tenha no Afeganistão. E nesse sentido, parece que se realizaram, os objectivos e compromissos da Acta Final de Helsínquia".

Fundação Cuidar o Futuro



MNE

# Da necessidade da sua criação à admissão de ex-Pides

Diário de Lisboa

No dia 14 de Dezembro do ano de 79, quando já se conheciam os resultados das eleições para as autarquias e se adivinhavam, portanto, os das eleições Intercalares, o semanário «Expresso» inseria com algum destaque, um apontamento sobre a «necessidade da criação do SIR - Serviço de Informações da República». Esta «iniciativa» do Expresso em prol da constituição deste serviço, admite pelo menos uma certa estranheza, tanto mais que nunca vimos, antes, que o mesmo semanário se interessasse tanto pelo assunto. É dessa estranheza e do que contém de inquietante a criação do SIR nos moldes em que parece processar-se - com a possível, senão já consagrada, admissão de ex-pides na sua estrutura - que damos conta no apontamento que se segue.

O SIR (Serviço de Informações da República) vai finalmente ser criado? Para além do que o seu nome e sigla indicam, qual a sua verdadeira finalidade?

Estas perguntas, aparentemente ingénuas, têm a sua razão de ser por dois principais motivos: 1.º) Haveria que explicar a utilidade imediata de um tal serviço, de molde a que o povo português (que é quem paga estes e outros serviços e deles virá ou não a tirar o devido proveito), pudesse reflectir sobre tal utilidade; 2.º) Implicitamente, a questão da utilidade só poderá explicar-se com a sua finalidade, explicação talvez mais importante ainda, uma vez que há quem veja (e sabe-se lá com que razões), na criação de um aparelho de informações, algo de inquietante.

Na realidade, também esta inquietação das pessoas - dos portugueses -, não deixará de ter motivos óbvios: muitos de nós não ignoramos - e não esqueceremos - que em várias partes do Mundo, no passado e no presente, alguns inocentes Serviços de Informação acabaram por partir, não o rato da fábula, mas pura e simplesmente o embrião de organismos policiais de má memória. Porém, para que uma inquietação deste tipo se transforme em qualquer coisa de mais positivo, há que acompanhá-la de algo concreto e definido, capaz de terminar com certas alusões que, a serem verdade, viriam sem sombra de dúvida dar motivos de sobra para consternamentos, reservas, desconfianças, protestos e críticas. Trata-se, claro está, de se saber se possui algum fundamento o boato de que uns tantos agentes da falecida Pide-DGS, vão ser «aproveitados» no funcionamento do SIR. Verdade? Mentira? No entanto, surgem indícios que nos perturbam.

## QUE INTENÇÕES E QUE ESPÍRITO?

Quase não seria necessário dizê-lo: nós não somos contra a implantação de um serviço ou serviços de informações, que há-de, por força, de contribuir para um melhor rendimento dos

órgãos de soberania em termos de intervenção prática. O que protestamos é os cozinheiros na sombra ou as intenções pouco claras, mesmo quando dadas a público, sobre os objectivos visados por serviços dessa natureza.

Mas voltando aos tais indicativos que nos perturbam: que ilação devemos tirar, quando o general Pedro Cardoso, no seu terceiro artigo publicado na revista «Nação e Defesa» (n.º 4, págs. 88, Janeiro de 78) sob o título genérico «As informações em Portugal», afirmou: «Disponos já de serviços de informações com apreciável experiência servidos por pessoal qualificado nas Forças Armadas nas quais incluímos a Guarda Nacional Republicana e a Guarda Fiscal, na Polícia de Segurança Pública, na Polícia Judiciária e no Serviço de Estrangeiros e, além do pessoal destes organismos, ainda dispomos de muitos especialistas com bastante anos de experiência nos antigos Serviços de Centralização e Coordenação de Angola e Moçambique. (Sublinhado nosso).»

Quem são estes especialistas?

Donde vieram?

Sabemos que são especialistas, porque no-lo garante o general Pedro Cardoso. Sabemos que vieram de Angola e Moçambique. Porém, ninguém nos disse que cargos ocupavam, qual a origem da sua especialização, que garantias oferecem ao Estado democrático, em que organismos funcionavam para além dos SCC de Angola e Moçambique. Quanto ao resto, não é que os Serviços de Centralização e Coordenação dos antigos territórios ultramarinos eram controlados e estruturados pela Pide-DGS? E se admitirmos que, sendo tanta a necessidade de um SIR, devemos aproveitar a prata da casa, cuidaremos porventura não desconfiar de um organismo que contará na sua estrutura (fundamentalmente ou não), ex-agentes ou inspectores duma polícia política de cariz terrorista, repressivo e agora «re-vanchista»? Até que ponto seria possível controlar estes homens e levá-los a assumir a defesa do que eles odeiam, ou seja, a de-

fesa da legalidade democrática? E para além disso, que espírito (pode-se perguntar?) determina que, num organismo duma estrutura democrática, co-existam grupos, brigadas, gabinetes ou pessoas de mentalidade anti-democrática, adocentadas, quer queiramos, quer não, pelos processos do regime a cujo serviço se entregaram de corpo e alma? Que espírito e que intenções?

Todas estas questões merecem, naturalmente, uma resposta condigna. Os portugueses estão ainda demasiado marcados pela existência duma Pide-DGS e pelo seu reinado de terror, para que não desconfiem de certas novidades, cujo autêntico carácter dificilmente se vislumbra. Por isso mesmo, há-de querer ser esclarecidos e ter a oportunidade de recusar o que lhes pareça atentatório da sua dignidade e segurança de cidadãos e da Constituição que vota-

ram livremente. Organismos que espalhem o medo, a tranqüilidade e minem a confiança das gentes na liberdade restaurada, não podem ser aceites, chamem-se eles «Inteligência», «CIA» ou simplesmente Sires - não há que confundir a coisa, mas nos permitem concluir que, afinal, sempre há algo que se deve temer.

## SEMPRE EM NOME DA DEMOCRACIA

A verdade, porém, é que ainda fazendo fã no que afirmou o general Pedro Cardoso, não entendemos a tão apregoada necessidade de criação do SIR - pelo menos no imediato -, uma vez que, segundo nos diz aquele militar, não faltam serviços de informação neste país. E senão vejamos o que temos já em tal matéria:

1) Serviço de Informação da PSP; 2) Serviço de Informação da GF; 3) Serviço de Informação da PJ; 4) Serviço de Informação da GNR; 5) Serviço de Informação do Serviço de Estrangeiros.

E nas Forças Armadas: 1) Serviço de Informação do Estado-Maior General; 2) Serviço de Informação do Estado-Maior do Exército; 3) Serviço de Informação do Estado-Maior da Armada; 4) Serviço de Informação do Estado-Maior da Força Aérea.

Se, continuando a fazer fé nas palavras de Pedro Cardoso, juntamos a estes nove serviços, os serviços dos tais especialistas vindos do Ultramar - se é verdade que já se encontram a prestar tarefa -, verifica-se que não

será à míngua de informações o dos respectivos veículos, que Portugal se perderá. A liberdade e a confiança do povo português, essas, sim, é que se podem perder se não andarmos atentos e não soubermos escolher os organismos que nos devem defender e defender a democracia.

Por outro lado, é pelo menos estranho (pela sua oportunidade

nunca antes tão relevada), que um semanário afecto ao novo poder venha, em 14 de Dezembro último - mesmo à beirinha do acto eleitoral -, promover a criação imediata do SIR, implicando nisso desde logo os interesses do governo que já se admitia vir a sair daquelas eleições. De facto, o «Expresso» desse dia, afirmava: «(...) o próximo Governo terá condições que até agora não existiram para criar um serviço de informações (...)»

Curiosamente os militares defensores da criação do SIR, coincidem com o PSD quando este diz que entre os órgãos já existentes, devia haver uma maior coordenação e um processo mais eficaz de osmose entre os vários «input».

Fala-se nestes termos, sempre em nome da consolidação da democracia, sem se tentar explicar o que é, o que representa, o que deve ser, como será constituído, quais as suas funções reais, que objectivos visa e até onde irão os seus limites no campo de intervenção, limites esses que não podem d'var de ser balizados por uma estrita condição jurídica-legal.

Nas actuais condições, reconhecemos que as forças políticas de direita têm, de facto, pelo menos em princípio, a possibilidade de impor um qualquer SIR ao povo português. No entanto, isso não seria respeitar a legalidade democrática e muito menos defendê-la. Há que saber muito bem para onde caminhamos e que condições criamos para salvar a democracia em toda a sua extensão. Porque podia dar-se o caso - estar-se-á já a dar? - de que num determinado momento verificássemos, amargamente que, afinal, os órgãos ou organismos que incentivámos e permitimos que se estabelecessem, começassem a fazer uma distribuição incommum de democracia: muita para um lado e nenhuma ou muito pouca para o outro lado.



José da Silva

# A Democracia, o presidente, seus detractores e os militares

*«O Presidente da República representa a República Portuguesa e desempenha por inerência as funções de Presidente do Conselho da Revolução e de Comandante Supremo das Forças Armadas» — Art.º 123 da Constituição da República Portuguesa. «O militar deve regular os seus procedimentos pelos ditames da virtude e da honra, amar a Pátria com todas as suas forças, até ao sacrifício da própria vida, guardar e fazer guardar a Constituição em vigor, e mais leis da República, de que tomará compromisso solene, segundo a forma adoptada». — Art.º 4.º do R. D. M.*

## Franco Charais

A Comunidade Portuguesa tem vivido ao longo da sua história milenária, uma mística de acção que se encontra consubstanciada em determinados marcos históricos como 1143, 1383, 1640, 1920, 1910 e 1974.

E os militares que se encontram, desde sempre, de algum modo associados a essa obra nacional, habituaram-se também a simbolizá-la nalguns elementos que, acima de tudo, respeitam: a Bandeira, o Hino Nacional e o Chefe de Estado.

De resto, desde os bancos da escola que os Portugueses, civis e principalmente militares, vão sendo educados no respeito que lhe devem merecer estes três símbolos.

Quanto aos primeiros dois estão, aliás, muito directamente salvaguardados na Lei Fundamental que nos rege, como símbolos da mística nacional.

No que respeita ao Chefe de Estado, a mesma Constituição, que nós, militares, juramos guardar, refere-se a ele como representando a República Portuguesa, e, como Comandante Supremo das Forças Armadas.

Vem isto a propósito de múltiplos ataques que vêm, continuamente, sendo dirigidos à pessoa e à figura legítima do Presidente da República.

Não estão aqui em causa críticas pontuais ou globais, a actos ou omissões que se lhe possam fazer durante o exercício da sua actividade governativa.

Estamos, sim, a referir-nos a inúmeros ataques soezes, críticas rasteiras e maledicências mesquinhas que, com frequência alarmante, se testemunham em certos e determinados veículos de opinião pública, que se dizem defensores de uma democracia política, e que visando um órgão e função legítimos, o Presidente da República, tentam minar o respeito que a todos merece esta verdadeira instituição democrática, que é uma emanação do 25 de Abril.

Tal comportamento coloca, quer a militares, quer a civis, interrogações e apreensões de mais variada índole, algumas das quais refiro a seguir.

Os responsáveis por esses testemunhos violentos, confundindo política com intriga, clamam amiúde, para o facto de o nosso País estar falho de um projecto dinamizador, para a falta de uma chefia definidora, e para a carência de prestígio das instituições.

Contudo, são eles próprios que, ao atacar tão descabeladamente o legítimo Chefe de Estado, parecem esquecer que, deste modo, contribuem para a desmobilização do projecto dinamizador que o Presidente da República legítimo tem de consubstanciar. Fê-lo com que fins?

O Presidente da República, constitucionalmente, representa todos os Portugueses, e, não só, os seus eleitores como certas forças parecem pretender.

Para tais correntes seria preferível que o Presidente da República se identificasse, exclusivamente, com o seu projecto ainda que isso se pudesse revelar, na conjuntura actual, gravemente desestabilizador. E perante a recusa consciente falam em falta de definição. Mas terão eles consciência do significado, e das consequências da alternativa que propõem?

E quando atacam de forma tão violenta e tão rude um órgão de soberania como é o Presidente da República, tentando assim, corroer-lhe o prestígio, haverá direito que os próprios responsáveis por esses ataques vejam, em diversos depósitos, que as instituições democráticas carecem de prestígio?

Imaginarão esses mesmos, que agora dizem defender uma integração europeia, que é com o desprestígio das instituições democráticas que se acelera o nosso caminho europeu?

Desconhecerão também esses autores, sempre prontos a esgrimir «slogans» europeus, que em nenhum desses países, a despeito das tradicionais liberdades de que gozam, se assiste na Imprensa que se quer respeitável, a atitude idênticas?

E se compararmos o teor e a violência dos ataques ao actual Presidente da República, o primeiro a ser eleito democraticamente, pela maioria dos Portugueses, nestes últimos cinquenta anos, com o respeito que parecem infundir a esses mesmos autores figuras coniventes do fascismo, que nunca tiveram qualquer ratificação democrática, pensarão eles que os seus artigos e os seus jornais podem continuar a ser credores da nossa boa fé?

Pois o que é seguro é que contribuem, decisivamente, por um acto voluntarista para a destruição das condições que nos permitem ultrapassar as dificuldades em que nos encontramos, e que eles mesmos nos verberam.

E o que é certo é que tais «veículos da opinião pública», trabalhando contra a Democracia, lutam pela instauração de uma ordem contrária ao regime pós 25 de Abril.



Não é necessário, supomos, voltar a repetir qual ou quais são os centro(s) difusor(es) deste tipo de (des-)informação, e quais são os órgãos que lhe servem de suporte.

E todos somos testemunhos dos prejuízos que já causaram, e se preparam para continuar a causar aos Portugueses estas «fábricas de (des-)informações», a coberto de expressões, tais como, «segundo fontes bem informadas», «conforme militares (moderados) que nos merecem o melhor crédito», «segundo fontes que reputamos por idóneas», «na sequência de notícias veiculadas para o nosso jornal», etc., etc.

Mas o que é necessário é que uma vez detectado o inimigo, e conhecidos os seus objectivos, seja encontrada a estratégia civil para o isolar e vencer. E, de facto, isso passa também pelos próprios instrumentos que a democracia criou.

A começar por uma intervenção pedagógica, muito mais activa, dos corpos organizados dos profissionais ligados a informação, designadamente, os seus estados maiores ao fazer a análise da situação.

Os Conselhos de Redacção e os Conselhos de Imprensa, os delegados representativos dos trabalhadores, e os próprios organismos e demais instituições aglutinadoras de todos os que são intervenientes do processo informativo e cultural têm obrigação estrita, de intervir em defesa da democracia, sem partidarismos, mas pontual e responsabilmente, sob pena de se estarem demitindo das suas funções. E estas passam não só pela denúncia da agressão, mas também de suas causas, dos seus objectivos, e dos seus efeitos.

Por outro lado, os próprios cidadãos democratas devem participar também, desta estratégia, isolando e denunciando, regularmente, tal «informação» e principalmente, retirando-lhe o suporte.

Este não é só económico — e aliás, o erro — da responsabilidade de uma facção política, ou plutocracia (já) organizada, ou em organização — é também suporte informativo e ideológico.

E, de facto, quando muitos cidadãos democratas lhes fornecem, regular e presurosamente informações, estão já a emprestar a tais órgãos uma dignidade que nunca teriam, se não fosse a credibilidade que nos merecem esses cidadãos.

Pelo que toca aos militares, aqueles poucos — felizmente alguns de patente elevada — que se servem de tal «informação», agasalhando-a e alimentando-a, segundo as fórmulas conhecidas, já estão perfeitamente detectados e isolados do restante corpo militar.

Quanto a todos os outros, recolhidos aos quartéis, desde 1976, também não se deixam enganar por ninguém.

(\* Brigadeiro, Membro do Conselho da Revolução)

Segunda-feira, 14 de Janeiro de 1980

## «A TARDE» Nota do dia

A alegada existência de um conflito insanável entre o Governo que legitimamente emanou do acto eleitoral de 2 de Dezembro último e o Presidente da República parece ser o mote actualmente preferido pelos vencidos daquela data.

Os meios utilizados para fazer impor essa tese, de objectivo facilmente detectável, são os mais diversos. Das notícias avulsas aos artigos assinados por certos nomes sonantes — mas cujo comportamento político ao longo destes anos não oferece margem para equívocos —, sucedem-se as iniciativas.

No «Diário de Notícias» de hoje, por exemplo, o brigadeiro Franco Charais, conselheiro da Revolução, subscreve uma prosa contendo um apelo aos «corpos organizados dos profissionais ligados à informação» no sentido de «isolar e vencer» o «inimigo», o qual, para o articulista, já estaria «detectado».

Segundo Franco Charais, os portugueses foram educados, «desde os bancos

da escola» (sic!), no respeito da Bandeira, do Hino Nacional e do Chefe do Estado. Os dois primeiros «elementos», diz ele, estão «muito directamente salvaguardados na Lei Fundamental que nos rege, como símbolos da mística nacional»; o terceiro, porém, estaria a ser vítima de «múltiplos ataques», com os quais se visaria «minar o respeito que a todos merece esta verdadeira instituição democrática, que é uma emanção do 25 de Abril».

Identificando os autores desses «múltiplos ataques» — o «inimigo», portanto —, afirma Charais serem os mesmos que «agora dizem defender uma integração europeia», «sempre prontos a esgrimir slogans europeus». E fala, depois, de «fábricas de desinformação», para terminar com o já referido apelo aos «corpos organizados» e aos «próprios cidadãos democratas».

A intenção é demasiado clara para se prestar a quaisquer dúvidas. No entanto, o clima artificial que, com tais iniciativas, se pretende criar é diariamente contrariado pela prática do Governo (este, sim, o verdadeiro alvo das mesmas) e pelas repetidas afirmações do Primeiro-Ministro. O Presidente sabe-o melhor que ninguém.

T.L.



15-1-1980

# A debilidade dos nossos meios não deve implicar demissões

— afirmou o brigadeiro Belchior Vieira na abertura do curso de Defesa Nacional



Fundação Cuidar o Futuro

Na assistência, entre os representantes dos partidos, como Dias Lourenço (PCP) e Borges de Carvalho (AD) encontram-se dois militares na reserva: os majores Sanches Osório, hoje deputado do CDS, e Mário Tomé, deputado da UDP. Reconhecem-se ainda na primeira fila os conselheiros da Revolução, Garcia dos Santos, Martins Guerreiro e Franco Charais

assegurando a soberania, independência e unidade, a integridade do território, a salvaguarda colectiva de pessoas e bens e dos valores espirituais, o desenvolvimento normal das tarefas do Estado, a liberdade de acção política dos órgãos de soberania e o pleno funcionamento das instituições democráticas».

Defesa nacional, definiu Leonel Cardoso, é o «conjunto de medidas, tanto de carácter militar como político, económico, social e cultural que, adequadamente integradas e coordenadas, e desenvolvidas global e sectorialmente, permitem reforçar as potencialidades da Nação e minimizar as suas vulnerabilidades, com vista a torná-la apta a enfrentar todo o tipo de ameaças que, directa ou indirectamente, possam por em causa a segurança nacional».

Leonel Cardoso salientou que estas definições são o resultado de mais de três anos de estudo, finalizados por exaustivos debates, envolvendo mais de duas dezenas de pessoas que, no nosso país, mais atentamente se têm debruçado sobre o assunto.

A terminar, o director do Instituto da Defesa Nacional salientou a necessidade de «reencontrar a identidade nacional», a qual, disse, «poderá estar a atravessar um período de perturbação, mas constitui uma indiscutível realidade, valha de mais de oito séculos».

O curso agora aberto destina-se a militares e civis e durará três meses. Consta de quatro períodos: introdução, quadro internacional, estado do potencial estratégico nacional e conclusões. As aulas são asseguradas pelo corpo docente do IDN, e por

cerca de 100 convidados, entre os quais Sá Carneiro, Freitas do Amaral, Nobre da Costa, Medeiros Ferreira, João Cravinho, Vital Moreira, Masalhões Mota e Airlano Moreira.

Entre os alunos militares contam-se o almirante Silva Junqueira, o comandante Rebelo da Silva, o brigadeiro Passos Ramos, o coronel Oliveira Afonso, o coronel Carlos Azeredo, o tenente-coronel Canto e Castro, o almirante Adriano de Carvalho e o coronel Julio Silva. Vitor Crespo poderá representar o Conselho da Revolução.

Entre os alunos civis incluem-se Tito Vertegg, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Sousa Fonseca, da Confederação do Comércio Português, Vasco do Melo, da CIP, o padre Gonçalves Pereira, da Igreja Católica e o jornalista Fernando Belstilha, da RTP.

«Uma política de Defesa não é uma questão de simples contabilidade, é uma debilidade relativa de meios não conduz necessariamente à demissão, uma ventura não esclarecida pouco ou nada alcança conseguir dos meios próprios de que possa dispor», sublinhou o brigadeiro Belchior Vieira, vice-director do Instituto de Defesa Nacional, ao usar ontem da palavra na abertura do curso organizado por aquele Instituto para 1980.

Destacando que «o antinilitarismo será, por enquanto, uma atitude religiosa, nunca uma atitude política», o orador detestou-se depois nas «relações entre o poder político e a autoridade ou força militar», que em caso algum era «poder militar, pois que não existe poder que não seja civil», até porque «quando um poder de origem militar se institucionaliza ele civiliza-se de imediato».

Consequentemente, tais relações não podem deixar de decorrer sob o primado da subordinação total da segunda em relação ao primeiro, exigindo-se «do poder político, em todas as circunstâncias e oportunidades, a expressão clara, inequívoca, da política a prosseguir naquele âmbito».

Quantas vezes «as missões e directivas» emanadas «do poder político» responderam «as hesitações e admissões das autoridades militares. Invernalmente, era o homem político que aceitava e decidia, sem exame crítico, a solução que lhe propunham, na intenção de transferir, de seguida, todas as responsabilidades para o militar, quando o sucesso se mostrava avesso».

O comportamento de muitos militares em África foi, a propósito, evocado por Belchior Vieira. «Bastaria», especificou, «escutar os seus quadros, ler os seus relatórios, hoje libertos das normas de segredo militar, para concluir da lucidez com que, na generalidade, os problemas que os afligiam eram equacionados e transmitidos, em vão».

Dai que as Forças Armadas deverão estar «ao serviço da Nação, e não do Governo», mas «os ordens do Governo, na medida em que este seja efectivamente o representante legal da Nação e se mantenha e aja

na legalidade». Ultrapassados «os nossos condicionaismos constitucionais, não vejo que outro destino poderá assumir a instituição militar».

O director do Instituto de Defesa Nacional, vice-almirante Leonel Cardoso, evocou, por sua vez, a trajectória do Instituto, lembrando que o seu funcionamento foi restabelecido em Julho de 1976, após dois anos de suspensão, durante os quais funcionaram nas suas instalações o Centro de Sociologia Militar e a 5.ª Divisão do EMGPA.

A primeira actividade do IDN concretizou-se em princípio de 1978, com a realização de um ciclo de estudos, ao longo do qual, disse Leonel Cardoso, se procuraram «definir as realidades do País que passámos a ser depois do 25 de Abril e, nomeadamente, depois da descolonização».

Em Julho de 1978 realizou-se o primeiro estágio interforças, destinado aos oficiais dos três ramos. Em 1979 concretizou-se uma grande ambição do Instituto, com a realização do primeiro curso formal de defesa nacional, e realizou-se o segundo estágio interforças.

No ano presente, afirmou o vice-almirante Leonel Cardoso, o IDN promoverá o segundo curso de defesa nacional, com a duração de vinte e duas semanas e com um número igual de civis e militares, representantes de ministérios, generais e outros oficiais dos três ramos, elementos da Igreja, dos órgãos de comunicação social, das empresas e da banca.

No mês de Julho terá lugar o terceiro estágio interforças e entre Outubro e Dezembro realizar-se-ão simposios, conferências e encontros. No Instituto e em várias localidades fora de Lisboa. O IDN continuará, entretanto, a editar a revista «Nação e Defesa» e a receber os colégios de defesa estrangeiros que visitem Portugal.

O vice-almirante Leonel Cardoso fez, depois, considerações acerca da doutrina do Instituto da Defesa Nacional, apontando deslucidamente, a necessidade de definir um conceito de defesa nacional e de o associar a um conceito de segurança nacional.

Segurança nacional, precisou o director do IDN, é a «condição da Nação que se traduz pela permanente garantia da sua sobrevivência em paz e liberdade,

## J. J. Gomes Canotilho\* e "constituição militar"

A lei da amnistia e o Decreto-Lei n.º 203/78 (que tem permitido o afastamento expedito e discricionário de vários militares das Forças Armadas) têm mostrado, cada um por seu modo, pela forma preocupante, as dificuldades em fazer valer os princípios da Constituição da República no âmbito militar. Infelizmente essa resistência não vem apenas da hierarquia militar.

### 1. O caso do DL 203/78: dois pareceres paradigmáticos

O Conselho da Revolução, a solicitação do presidente da Assembleia da República e precedendo parecer da Comissão Constitucional, deliberou não se pronunciar pela inconstitucionalidade das normas constantes do Decreto-Lei n.º 203/78, de 24 de Julho. Este decreto-lei, como é sabido, pretende ser uma «interpretação autêntica» do Regulamento de Disciplina Militar (RDM), designadamente no que respeita às atribuições dos «Conselhos Superiores de Disciplina» (CSD), e tem sido com base nele que vários militares têm sido, e continuam a ser, afastados das Forças Armadas, com fundamento em «incapacidade moral ou profissional», independentemente de processos disciplinares e sem as correspondentes garantias, mediante a invocação de alegadas infrações cometidas aquando do 25 de Novembro, ou anteriormente excepto as do 11 de Março...).

O autor deste artigo havia subscrito com Vital Moreira um parecer, defendendo a manifesta inconstitucionalidade da «pseudo-interpretação autêntica» do Decreto-Lei n.º 203/78. Esse parecer foi junto à petição em que um grupo de juristas solicitou ao presidente da Assembleia da República e ao Procurador-Geral da República a iniciativa no sentido de desencadear, junto do Conselho da Revolução, o processo de apreciação de inconstitucionalidade do referido diploma.

O Procurador-Geral da República submeteu a petição a parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República. Este corpo consultivo pronunciou-se (por unanimidade!), tal como posteriormente viria a acontecer com a Comissão Constitucional (mas aqui com dois votos de vencido), pela não ilegitimidade constitucional do decreto-lei em questão. Temos, portanto, dois pareceres — um da Procuradoria-Geral da República e outro da Comissão Constitucional — que, como é natural, influenciaram a revolução do CR no sentido de não se pronunciar pela inconstitucionalidade das normas constantes do Decreto-Lei n.º 203/78.

Um breve comentário a esses pareceres torna-se indispensável, pois é nossa firme convicção que as peças jurídicas elaboradas pela Procuradoria-Geral da República e pela Comissão Constitucional não prestigiam a doutrina, a jurisprudência e a cultura jurídica portuguesas.

#### a) — Um vício metodológico fundamental

Em primeiro lugar, há um vício metodológico gritante e grosseiro na retórica argumentativa das entidades consultivas. Em vez de fazerem um esforço de aferição da conformidade de uma lei com a Constituição de acordo com um princípio elementar e básico do controlo da constitucionalidade — o princípio da constitucionalidade das leis —, orientam o teor fundamentante de ambos os pareceres no sentido de aquilatar a conformidade de uma lei com outra lei (do Decreto-Lei n.º 203/78 em face do Regulamento de Disciplina Militar). Quer dizer: o princípio da conformidade das leis com a Constituição cede o lugar ao princípio da conformidade das leis com outras leis (que podem elas mesmas ser inconstitucionais). Acresce que, ignorando praticamente o valor paramétrico da Constituição, os pareceres em análise resvalam para a perigosa prática da interpretação da Constituição de acordo com as leis ordinárias, subvertendo por completo a hierarquia normativa do ordenamento jurídico português. Isto é demasiado grave no caso da Comissão Constitucional, dado tratar-se de um órgão que tem o dever funcional de dar parecer sobre a constitucionalidade das leis e não sobre a legalidade das leis (passe o pleonasmo).

O facto do decreto-lei se considerar a si próprio como mera interpretação autêntica do RDM não retirava nem retira a natureza de diploma legislativo autónomo, susceptível de fiscalização constitucional.

O erro metodológico palmar aqui assinalado não passou despercebido nos votos de vencido que acompanham o parecer da Comissão Constitucional. O prof. Jorge Campinos na sua declaração de voto, escreveu justamente: «a constitucionalidade do Decreto-Lei n.º 203/78 de 24 de Julho; não deve nem pode ser apreciado à luz da compatibilidade ou não deste diploma com o Regulamento de Disciplina Militar (RDM) — método seguido em grande parte no parecer — mas sim em confronto com as disposições pertinentes da Constituição da República» (sublinhado acrescentado).

#### b) — Um retrocesso jurídico lamentável

No parecer elaborado em co-autoria com Vital Moreira considerava-se que o actual Regulamento de Disciplina Militar, ao estabelecer, em consonância com os imperativos constitucionais, um claro enquadramento das sanções estatutárias ou sanções de Estado — aquelas que influem sobre a situação jurídica do militar como militar, como sejam a reserva compulsiva, reforma compulsiva, separação de serviço, previstas no n.º 1 do art.º 34 — dentro da categoria legal e geral das penas disciplinares, representava um progresso na extensão dos princípios materiais do Estado de Direito às relações especiais

de poder. Assim o havia entendido também a própria Comissão Constitucional ao afirmar que «... enquanto no regime anterior a incapacidade profissional ou moral era objecto de medidas de sancionamento, conforme se reconhece na resposta do Conselho da Revolução, no regime actual a incapacidade moral ou profissional é objecto de uma punição disciplinar com todas as consequências daí resultantes» (conforme pareceres da Comissão Constitucional, vol. II, pág. 130; sublinhado acrescentado).

Quer a Procuradoria-Geral da República quer a Comissão Constitucional (esta ao arrepiado da opinião atrás citada e justificando a mudança de orientação com base no carácter incidental da referência) vêm defender agora concepções de «monocracia do poder castrense» (Parecer da Procuradoria-Geral da República), remetendo as chamadas sanções estatutárias, aplicadas nos termos da segunda parte do n.º 2 do art.º 34.º, para o domínio das «medidas administrativas» de «comando». «Ao lado das penas disciplinares, reforma, separação de serviço compulsivos, o RDM admite, com verdadeira autonomia, outras medidas que têm o mesmo nome, mas que têm natureza diferente (sic; Parecer da Comissão Constitucional; sublinhado da nossa responsabilidade).

A caracterização destas medidas ou sanções estatutárias que não são penas disciplinares ficou por fazer e não se diz, em nenhum dos pareceres, o que se entende por «medidas de comando constitucional» (que, pura e simplesmente, não existe). Em abono desta distinção entre medidas estatutárias administrativas e medidas estatutárias disciplinares invoca-se tão-somente uma interpretação do RDM (a nosso ver errada) e o exemplo do direito francês para se concluir que a categoria de sanções estatutárias existe com autonomia no direito militar.

#### c) — O argumento do direito estrangeiro

Os votos de vencidos dos conselheiros Nunes de Almeida e Jorge Campinos são suficientemente esclarecedores quanto à irrazoabilidade da interpretação do RDM e quanto às transferências infundadas e abusivas do direito militar francês (infundadas por não corresponderem sequer à realidade do direito francês e abusivas porque o facto de essas medidas existirem na França, nunca poderia constituir prova de que não são ilícitas em Portugal, à face da nossa Constituição). Mas já que os pareceres enveredaram pela comparatística, a ponto de quase justificarem a automatização das medidas estatutárias pela simples razão de que ela também apareceria referida no direito francês, teria sido muito útil o alargamento das considerações de direito comparado. Suprirmos essa lacuna significativa, trazendo ao conhecimento dos leitores o exemplo de dois quadrantes jurídicos profundamente influentes na doutrina portuguesa: o alemão e o italiano.

Com toda a tradição do autoritarismo e militarismo prussianos, o direito militar alemão está longe de ser suspeito de capitulação perante ideias anarquicamente dissolventes da «hierarquia», da «disciplina», do «comando» e da «moral» militares. Pois bem: a lei de disciplina militar alemã de 4 de Setembro de 1972 (Wehrdisziplinarordnung) diferencia as simples medidas disciplinares (tais como a repressão, repressão agravada, etc.) das penas de prisão (como a reserva compulsiva e separação de serviço). Estas últimas penas, pelo facto de serem as punições mais graves susceptíveis de aplicação a um militar profissional, são expressamente consideradas como medidas disciplinares jurisdicionais (gerichtliche Disziplinarmaßnahmen). Coerentemente, a sua imposição é reservada a tribunais para assuntos militares (Truppengerichte), com possibilidade de recurso para o Tribunal Administrativo Federal, onde funciona um senado para assuntos militares (Wehrdienstsenat), no qual só tomam assento juizes nomeados pelo ministro federal da Justiça (cfr. art. 73/2 da Wehrdisziplinarordnung). Nada há aqui de semelhante às sanções estatutárias administrativas, concebidas no parecer da Comissão Constitucional.

A recente lei de disciplina militar italiana (Norme di principio sulla disciplina militare, de 21 de Junho de 1978), estabelece igualmente, no campo das infrações disciplinares, a distinção entre sanções disciplinares de Estado (sanzioni disciplinari di Stato) e sanções disciplinares de corpo (sanzioni disciplinari di corpo). As primeiras coincidem com as designadas entre nós por sanções estatutárias, sendo expressamente qualificadas como sanções disciplinares, sujeitas ao respectivo regime jurídico e compartilhando das respectivas garantias jurídicas (cfr. D'Alessio Pecchioli, La Riforma Democratica della Forza Armata, Roma 1979). Também aqui não há qualquer autonomização de sanções estatutárias administrativas.

Dos exemplares anteriores facilmente se deduz que não há lugar para a distinção entre medidas estatutárias disciplinares e medidas estatutárias administrativas. As sanções estatutárias são sempre penas disciplinares (e até, por serem as mais graves, exigem garantias mais severas).

Quer dizer: enquanto nuns países se assiste a uma tentativa séria no sentido de conciliar as tradicionais «constituições militares» com os princípios constitucionais, fazendo penetrar no âmbito militar algumas dimensões materiais de Estado de Direito Democrático (caracterização jurídica material das medidas disciplinares, justicialização da aplicação das penas disciplinares, divisão de poderes, garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos em uniforme), em Portugal, com uma Constituição que, ao contrário daqueles países, não consagra nem autoriza restrições especiais aos direitos e garantias dos militares, assiste-se a um retrocesso jurídico lamentável.

O legislador militar (na senda de uma interpretação subjectiva do PR, depois do acórdão do Supremo

Tribunal Militar no caso Rosa Coutinho), com o apoio «parecerístico» de órgãos jurídicos consultivos, pretende justificar uma «reserva de caserna», à margem da Constituição e da legalidade democrática. Triste sinal: a inexistência de uma caracterização ético-disciplinar das medidas estatutárias e a negação de uma jurisdição disciplinar no âmbito militar eram justificadas pela doutrina tradicional e, sobretudo, pelo nacional-socialismo, pela sua incompatibilidade com o princípio do Führer (cfr. por ex. J. SALZMANN, *Der Gedanke des Rechtsstaates in der Wehrverfassung des Bundesrepublik, Bonn, 1962*, pág. 144). Hoje entende-se, pelo próprio, que, quer no âmbito geral de direito disciplinar dos funcionários públicos, quer no domínio específico da disciplina militar, a juridicalização e a justicialização das «medidas sancionatórias», são uma exigência do princípio do Estado de Direito, do princípio democrático, do princípio da eficácia directa dos direitos fundamentais. E em Portugal hoje: reafirmação do princípio ou constitucionalidade democrática?



A adaptação do RDM à Constituição foi, a nosso ver, incompleta, e muitas das suas normas continuam a afigurar-se-nos constitucionalmente claudicantes. Todavia, mau será que as inconstitucionalidades existentes se acrescentem outras por via de interpretação autêntica ou jurisprudencial.

O princípio fundamental da interpretação das leis conforme a constituição postula, desde logo, que no caso de um diploma legislativo com vários sentidos possíveis ou cujo sentido não é inequívoco, ele deve ser interpretado no sentido mais conforme à constituição. Ora o sentido mais conforme à Constituição do n.º 2 do art. 34 do RDM é o de considerar as medidas estatutárias aplicadas mediante processo junto dos Conselhos Superiores de Disciplina, como autênticas penas disciplinares. É uma interpretação compatível com a letra e espírito do RDM, e, sobretudo, é a única interpretação que evita inconstitucionalidade da norma em referência. Em face da Constituição não se vislumbra qualquer fundamento para «medidas estatutárias administrativas» que representem, puros actos de saneamento; há apenas apoio constitucional para medidas disciplinares estatutárias ético-juridicamente fundadas. Não entenderam assim, a Procuradoria-Geral da República e a Comissão Constitucional que, na azáfama de legitimarem o Decreto-Lei n.º 203/78, acabam por escolher a interpretação do RDM menos conforme à Constituição, aquela que leva à sua própria inconstitucionalidade!

Não admira, por isso, que o relatório do parecer da Comissão Constitucional acabe, com este significativo comentário:

«Aceitamos que a constitucionalidade das medidas estatutárias possa ser discutida nos diversos aspectos apontados pelos drs. Canotilho e Vital Moreira no seu parecer, mas — já o dissemos — não quanto a este decreto. Tais questões, se os interessados o quiserem fazer terão de ser postas à luz do RDM.»

Esta estranha consideração suscita vários comentários, conducentes a outras tantas interrogações:

1.ª — Qual é o texto legal que, a pretexto de interpretação autêntica, reintroduz claramente a possibilidade da aplicação de medidas estatutárias de saneamento? O RDM ou o Decreto-Lei n.º 203/78?

2.ª — Qual é o diploma que inova retroactiva e inconstitucionalmente ao estabelecer que a apreciação da capacidade moral ou profissional «não é prejudicada pela extinção do procedimento disciplinar ou criminal»? O RDM ou o Decreto-Lei n.º 203/78?

3.ª — Qual é a lei que reforça a «administrativização das penas» pelo superior hierárquico contra o sentido constitucional da tendencial justicialização da aplicação de medidas disciplinares? O RDM ou o Decreto-Lei n.º 203/78?

4.ª — Qual é o acto legislativo que viola o princípio material de non bis in idem, permitindo aplicação simultânea e sucessiva, pelos mesmos factos, de várias sanções disciplinares? O RDM ou o Decreto-Lei n.º 203/78?

5.ª — Enfim, qual é o documento legal, que, de forma inconstitucional pretende revogar amnistias já concedidas e se arroga na competência de, por antecipação, auiliar os efeitos estatutários de amnistias futuras? O RDM ou o Decreto-Lei n.º 203/78?

Das interrogações precedentes é fácil deduzir que a Comissão Constitucional se furtou a encerrar com a profundidade e racionalidade crítica minimamente exigíveis as questões essenciais levantadas pelo Decreto-Lei n.º 203/78; a conformidade constitucional de medidas estatutárias de saneamento, a negação de causas de extinção das penas e princípios disciplinares, a inovação disciplinar retroactiva, a revogação de efeitos de amnistias. Estes problemas podiam e deviam ser discutidos. Porém, quer a Comissão Constitucional quer a Procuradoria-Geral da República (mas sobretudo a primeira entidade) transformaram o Regulamento da Disciplina Militar em «bode expiatório», evitando apreciar a «sobrecarga» de inconstitucionalidades autónomas do Decreto-Lei n.º 203/78. A lógica na linguagem exigirá porventura que do que não se sabe ou pode falar deve guardar-se silêncio; mas a um órgão encarregado de dar parecer sobre a constitucionalidade das leis não é permitido seguir com rigor a proposição de Wittgenstein: ele deve saber e poder falar sobre o objecto da missão constitucional que lhe está confiada.

Ao recusar-se a apreciar a conformidade das «medidas estatutárias administrativas» com a Constituição, com o pretexto desajustado de que o que estava em causa era não a apreciação do RDM mas sim e apenas do DL 203/78, a Comissão Constitucional limitou-se a «sacudir a água do capote», deixando permanecer, ainda que por apenas mais algum tempo (até ser chamada explicitamente a pronunciar-se sobre o próprio RDM, na interpretação autêntica) que lhe foi dada pelo DL 203/78, uma escandalosa situação de violação de direitos fundamentais.

**2. O pretensão «condicionamento» da Lei de Amnistia pelo Decreto-Lei n.º 203/78**

Logo que foi promulgada a Lei da Amnistia, depois de um longo e inconstitucional Veto de bolso do Presidente da República, surgiram imediatamente as opiniões «informadas» sobre um pretensão condicionamento da Lei da Amnistia pelo Decreto-Lei n.º 203/78. Pela leitura dos jornais não é difícil vislumbra a reserva mental subjacente à ideia do «condicionamento»: fazer tábua rasa das imposições legislativas, designadamente quanto aos efeitos estatutários da Lei da Amnistia, e justificar o exercício (ou melhor: continuação do exercício) de poderes de saneamento das hierarquias militares. Estas, agora ancoradas em «pareceres jurídicos» e na resolução da não inconstitucionalidade do CR sobre o Decreto-Lei n.º 203/78 (foi por esta resolução que, no fundo, esperou a promulgação da Lei da Amnistia), sentir-se-ão mais «apoiadas» na execução da «reserva de caserna», livre da Constituição e dos princípios materiais do Estado de Direito. Só que não bastam pareceres jurídicos favoráveis nem a resolução da não inconstitucionalidade para ultrapassar os obstáculos jurídico-constitucionais à operatividade prática do Decreto-Lei n.º 203/78 em relação a actos abrangidos pela Lei da Amnistia. Vejamos: o Conselho da Revolução, com base em parecer da Comissão Constitucional, admitiu a competência plena da Assembleia da República para conceder amnistias incidentes no âmbito militar. Simultaneamente admitiu a legitimidade deste órgão de soberania quanto à delimitação da extensão dessa amnistia, que pode abranger as sanções criminais e as sanções disciplinares, incluindo as estatutárias. Por outro lado, o mesmo Conselho da Revolução e a mesma Comissão Constitucional, por decisão ou parecer consideram admissível a aplicação de penas de carreira a factos amnistiados! Só que isso só é válido quando a Lei da Amnistia não proibir, ela mesma, a aplicação de sanções estatutárias com base nos factos amnistiados. Ora, a Lei da Amnistia contém efectivamente essa proibição, pelo que, embora o DL 203/78 se mantenha em vigor ele não tem aplicação a factos anteriores à Lei da Amnistia. Na verdade:

a) — O Decreto-Lei n.º 203/78, embora o pretenda, não é uma lei reforçada que possa assegurar, por antecipação, a sua não revogabilidade em face de leis contrárias posteriores. Para isso ser possível, os decretos-leis do CR teriam de situar-se numa hierarquia formal superior às leis da Assembleia da República, o que não acontece na estrutura normativo-constitucional portuguesa.

b) — Consequentemente, se o Decreto-Lei n.º 203/78 consagra a possibilidade da aplicação de medidas estatutárias por factos abrangidos em leis de amnistia e se, por outro lado, a Lei de 74/79 de 23 de Novembro (Lei de Amnistia) estatui (art. 1/4) que os factos amnistiados «não podem servir de fundamento à aplicação de qualquer sanção de carácter criminal, disciplinar ou estatutário», segue-se que o Decreto-Lei n.º 203/78 é pontualmente revogado sempre que uma lei de amnistia posterior declare, de forma expressa, abranger os efeitos disciplinares e estatutários dos factos amnistiados.

Consequentemente, não podem ser aplicadas quaisquer penas estatutárias por factos abrangidos pela

Lei da Amnistia, devendo ser canceladas as que já foram aplicadas e arquivados os processos pendentes.

Perante a conclusão anterior, já se leu com estupefação nos meios de imprensa que, segundo alguns, nada impede o encerramento dos actuais processos e a imediata abertura de outros pelos mesmos factos! Mas mais inquietantes ainda são as clássicas «neps militares» (normas de execução) elaboradas nos estados-maiores e referentes à execução concreta da Lei da Amnistia. A ter em conta as instruções da Força Aérea de 30 de Novembro, que me chegaram às mãos, há indícios suficientes para pensar que as normas de execução da Lei da Amnistia se converterão em ordens de desobediência à mesma lei. Nos termos do n.º 1 das instruções em análise, o CSD (Conselho Superior de Disciplina) continuará a apreciar os processos e a submeter as respectivas deliberações ao CEMFA para efeitos de decisão. Em termos práticos isto significa em linguagem expedida: «sancionam-se primeiro, como se a amnistia não existisse, e depois que reclamem», sendo certo que do acto de saneamento poucas ou nenhuma hipóteses haverá de reapreciação imparcial.

Em seguida, estabelecem-se nas instruções em apreço as seguintes

subtilezas diferenciadoras: (1) factos abrangidos pela Lei da Amnistia; (2) factos não abrangidos pela Lei da Amnistia, incluindo os actos que não tenham sido conseguidos com um fim exclusivamente pratico; (3) factos abrangidos pela lei, «mas na produção dos quais, além da motivação política, se verifique ter havido um comportamento ético-profissional reprovável». Com seriedade, poderá admitir-se uma tarefa prévia de separação dos processos abrangidos pela Lei da Amnistia dos processos fora de âmbito normativo da mesma lei. Todavia, e o recurso ao critério «de actos na produção dos quais além da motivação política se verifique ter havido em comportamento ético-profissional reprovável», as hierarquias militares, a nível administrativo, procuram uma válvula de escape para continuarem a neutralizar a Lei da Amnistia.

Trata-se de um puro propósito de fraude à lei, se não uma pura e simples contumácia na desobediência à lei.

Numa obra célebre, o jurista alemão B. RÜTHERS, põe em relevo os perigos da interpretação ilimitada de que se usou e abusou no nacional-socialismo. Um grito vigoroso de protesto e de alarme não pode deixar de ser feito perante igual tendência em alguns sectores de poderes públicos portugueses. Na verdade, pergunta-se:

• Onde é que a Lei da Amnistia faz referência à vaga e indefinida categoria de «actos em que além da motivação política se verifique ter havido um comportamento ético-profissional reprovável»?

• Dados os precedentes interpretativos das hierarquias militares, quais os critérios objectivos da apreciação da «reprobabilidade ético-profissional»? Os factos de 11 de Março contêm procedimentos ético-profissionais reprováveis ou a censurabilidade ético-profissional incide apenas (como tem vindo a verificar-se) sobre os factos do 25 de Novembro?



# Tenente da GNR obriga trabalhador a pôr-se de joelhos

11 de Janeiro de 1980

A eventual reprovação ético-profissional — mesmo a existir e a ser legítima a sua autonomização — é ou não uma consequência ou efeito estatutário de factos amnistiadados? E se é um efeito estatutário

(difícil será negá-lo), como excluí-lo do âmbito da amnistia, que precisamente se refere «a efeitos estatutários», sem qualquer ressalva ou excepção?

Os perigos da unilateralidade de interpretação foram previstos pela Lei da Amnistia que, ao tornar extensivos os seus efeitos às medidas estatutárias disciplinares, visou assegurar um tratamento não discriminatório de factos pertencentes ao processo de consolidação da Revolução Democrática. O legislador competente valorou devidamente os vários aspectos e considerou política e moralmente inaceitável a criação de novas sanções derivadas de tratamento inconstitucional desigual. Contra o espírito e a letra da Lei da Amnistia, a interpretação limitada das hierarquias militares, ignora dois princípios fundamentais de qualquer Estado de Direito Democrático e que aqui convirá lembrar, dado elas serem facilmente esquecidos: (1) — a legalidade democrática pressupõe que as leis são bilateralmente vinculantes — dos órgãos de Estado e dos cidadãos — e não apenas obrigatórios para os «súbditos»; (2) — a proibição do arbítrio é, em qualquer Estado de Direito, um princípio materialmente vinculativo de administração pública.

Não obstante a prática das hierarquias militares ter sido até ao presente momento mais um grito de «vae victis» do que um sereno reequilíbrio institucional, espera-se que a execução da Lei da Amnistia não se transforme num escandaloso «affaire» de injustiça política, a fazer recordar outros momentos lúgubres do processo histórico. O princípio do comando, a discricionariedade arbitrária, a discriminação política e ideológica não podem substituir-se, no âmbito militar, aos princípios do direito e da justiça. A hierarquia militar não pode supor-se à margem da Constituição e das leis da República.

Freiburg, Dezembro de 1979.

\* Investigador de Direito Constitucional na Faculdade de Direito de Coimbra — Bolséiro, no presente momento, em Freiburg (RFA).

Numa atitude insólita, um militar do Exército português, com o posto de tenente e actualmente em desempenho de funções no comando da GNR de Moura, agrediu à bofetada e a portapé, um trabalhador agrícola da UCP «Flor do Alentejo», de Vale de Vargo.

Trata-se do «célebre» tenente Faustino, cujo nome anda associado à repressão nas terras da Reforma Agrária. É conhecido entre os trabalhadores, pelo «cinco minutos», devido à pressa com que procede à entrega das reservas, na qualidade de guardião dos agrários. Costuma dizer: «dou-lhes cinco minutos para abandonarem o local se não...». Dai o nome com que o alcunharam.

O que é mais grave no relato de tudo isto é que a agressão do trabalhador Leonel Pepe Ascensão, de 22 anos, deu-se pura e simplesmente pelo facto de ser militante do Partido Comunista, como se isso fosse proibido. O incidente, repudiado por todos os trabalhadores do concelho de Serpa, ajudou ainda mais a afundar a «reputação», já bastante abalada, do tenente Faustino.

Aliás, o incidente aconteceu de uma forma um tanto estranha. Leonel Ascensão tinha ido ao posto prestar declarações sobre o paradeiro de um vizinho e ficou um bocadinho a conversar com os guardas. «São rapazes novos e gostam de falar sobre as raparigas...» — disse-nos um trabalha-

dor da UCP «Flor do Alentejo». Quando estava de «abalada», cerca da meia-noite, apareceu o tenente Faustino, arrogante e agressivo, que tentou obrigar Leonel Ascensão a confessar em que partido militava, à boa maneira da PIDE.

As tantas, o jovem trabalhador, sentindo-se ameaçado disse: «sou comunista e cada um pertence ao partido que quer». Cheio de ódio o tenente bateu-lhe. Quis saber onde Leonel trabalhava. Ao ser informado de que era na Reforma Agrária a sua reiva subiu de tom e manifestou claramente as posições políticas que defende — o que para oficial do Exército é um pouco excessivo. «Ladrões, bandi-

dos» — foram as expressões que utilizou no seu discurso nitidamente fascista.

Entretanto o trabalhador foi mandado para casa mas passados uns momentos ordenam-lhe que volte ao posto para falar com o tenente Faustino. Segue-se nova cena de agressão ideológica e física, tendo o oficial do Exército português obrigado o trabalhador a ajoelhar-se do mãos no chão. Humilhado Leonel vai para casa e pela terceira vez, minutos depois, um praça vem avisá-lo de que o tenente requisita de novo a sua presença. Perante isto e aconselhado pelo próprio guarda o trabalhador resolveu fugir...

Fundação Cuidar o Futuro





TERÇA-FEIRA, 8 JANEIRO 1980

Comunicado de Paulo

# PALAVRAS E COMPROMISSOS

## VITOR ALVES COM PALAVRAS E COMPROMISSOS

«Se as forças de Esquerda tivessem concorrido numa frente só, elas teriam feito a maioria da Assembleia da República».

Esta é uma das várias e recentes declarações feitas por Vitor Alves, em entrevista exclusiva concedida a um jornal brasileiro. O membro do Conselho da Revolução salientou, também, que o Governo de Sá Carneiro não poderá viver de intenções, mas que terá de enfrentar-se com a realidade do país.

O Congresso das Comunidades Portuguesas, que se realizará em Lisboa, em Junho, integrado nas celebrações do quarto centenário da morte de Camões, fez deslocar à América Latina o coronel Vitor Alves, que se avistou com vários membros da diplomacia portuguesa.

Na sua passagem pelo Rio de Janeiro, este militar foi solicitado a conceder uma entrevista ao diário carioca «Tribuna da Imprensa», que podemos situar sob uma linha de orientação de esquerda não comunista.

No seu diálogo com o jornal, Vitor Alves destacou que as Forças Armadas não são revolucionárias e que o resultado das últimas eleições foi mais uma crítica ao Governo do que um repúdio ao regime. Convidado a dissecar este último aspecto, o conselheiro da Revolução declarou:

«O resultado das últimas eleições não é uma condenação do regime político instituído em Portugal pela Revolução de 25 de Abril, é sim a condenação dos governos que não souberam levar à prática alguns dos objectivos dessa revolução. Efectivamente, a coligação de centro-direita conseguiu mais cadeiras na Assembleia da República, mas a quantidade de votos recebida foi menor do que a dada aos partidos de esquerda. Isto demonstra que o povo português quis mudar o Governo, mas não pensou em mudar o regime. Creio até que, se as forças de esquerda tivessem concorrido numa frente só, elas teriam feito a maioria da Assembleia da República. Repito que o que aconteceu realmente em Portugal foi uma crítica ao Governo e não

um repúdio ao regime».

Na sequência desta resposta, a «Tribuna da Imprensa» apontou o facto dos dirigentes da Aliança Democrática terem afirmado (durante a campanha eleitoral) que, se chegassem o Governo, tudo fariam para mudar a Constituição e dissolver o

Conselho da Revolução. Neste contexto, quis o jornal conhecer o pensamento de Vitor Alves:

«A linguagem da coligação já começou a mudar e dizem agora que essas são propostas para a próxima Assembleia da República (...). O povo português está disposto a defender a Revolução e, por isso, seria necessário mais do que uma simples maioria na Assembleia da República, para mudar a Constituição e dissolver o Conselho da Revolução (...). Depois, um governo não pode viver de intenções; ele tem de enfrentar-se com a realidade».

O coronel Vitor Alves destacou ainda que, actualmente, as Forças Armadas portuguesas estão inteiramente afastadas da política, embora houvesse um tempo em que se cometeu o erro de acreditar, que as Forças Armadas em Portugal eram revolucionárias:

—Diria que, politicamente, são conservadoras, entendendo-se a palavra conservadoras como uma forma de dizer-se que elas estão comprometidas com a defesa das instituições do País e da sua Constituição.

### PORTUGAL: PAIS EUROPEU

Vitor Alves abordou as relações de Portugal com as antigas colónias africanas, bem como os camiños que elas seguiram depois da Revolução dos Cravos. Estas questões conduziram a «Tribuna da Imprensa» a interrogar aquele militar sobre a definição política portuguesa, inscrita numa perspectiva europeia ou inserida na órbita terceiro-mundista:

—Portugal é um país geográfico, político, económica e culturalmente europeu. Esta é uma realidade à qual não podemos fugir. É a nossa realidade como país, histórica e geograficamente. Também é verdade que, pelas cir-

cunstâncias em que se desenrolou a sua história, Portugal criou laços indestrutíveis com o que hoje se chama de Terceiro Mundo. Diante desta dupla realidade, Portugal propõe-se a ser um ponto de união entre a Europa e o Terceiro Mundo, pois está certa de que os seus laços económicos, políticos e culturais com o Terceiro Mundo só tendem a fortalecer-se.

Referindo seguidamente a importância das comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo, Vitor Alves apontou a necessidade do reforço da sua ligação às tradições e cultura do país, mas omitiu o maior anseio desses portugueses que, em termos de dimensão humana, hão-de continuar a sentir-se «filhos enjeitados» enquanto lhes não for dado o direito de participarem na vida nacional:

—«Não queremos que os portugueses, que estão trabalhando nos diversos países do mundo, sejam apenas considerados, pelas remessas de divisas que fazem para Portugal; queremos, sim, que eles se sintam portugueses ligados às

suas tradições e à sua cultura (...). Também se pretende que os portugueses espalhados pelo mundo façam de Portugal o lugar preferencial para os seus investimentos, pois desta forma todos sentirão que estão ajudando a constituir a independência de Portugal do ponto de vista económico».

Nesta particular, Vitor Alves cometeu a imprudência de não considerar que, na época em que vivemos, a Economia e a Política são indissociáveis, e que Portugal não poderá continuar a ludir os emigrantes com festas e discursos. Efectivamente, se o País não pode dispensar a emigração, como fonte de receita, terá de formular uma política de emigração autenticamente humana, minimamente séria e fundamentada, não improvisada e que se não reduza a intervenções parcelares e ocasionais, nem à promoção de festas, sessões solenes e homenagens aos emigrantes. A continuar assim fica dessa manifestação um cheiro de tentativa de extorsão dos dinheiros que esses emigrantes ganham amargamente com o suor do seu trabalho.

A talhe de foice, sentimos, no Brasil, que a última mensagem do Presidente da República ao emigrante, veiculada pela primeira vez, a esperança na satisfação do seu maior anseio. Na auscultação que fizemos junto de elementos da nossa comunidade, apercebemo-nos de que houve dezanove palavras na mensagem de Ramalho Eanes, que tocaram particularmente os portugueses, naquilo que se refere à participação na vida nacional das comunidades radicadas no estrangeiro: «São tão portugueses e cidadãos que ficaram no chão de origem como os que tiveram de emigrar».

Estas palavras são tanto mais de compromisso quanto provêm do presidente da Comissão Nacional — da qual Vitor Alves é coordenador — que prepara o Congresso das Comunidades Portuguesas, a realizar em Junho.

Fundação Cuidar o Futuro  
Por CARLOS GOMES  
NOSSO CORRESPONDENTE NO BRASIL  
«VIA VARIG»

# Vitor Alves continua a programar viagens

Segundo informações recebidas de um grupo português residente na Holanda, o conselheiro da revolução Vitor Alves marcou, recentemente, uma reunião com as associações de

emigrantes naquele país, a efectuar no Consulado-Geral de Portugal em Roterdão, no próximo dia 11, a fim de preparar os festejos do chamado "Dia de Portugal e das Comunidades Portuguesas" do corrente ano e, também, um "Congresso das Comunidades", com que o poder castrense quis recuperar uma iniciativa antiga.

Aqueles emigrantes mostram-se extremamente surpreendidos e preocupados com tal decisão, visto revelar a tentativa de continuação da monopolização pelo Conselho da Revolução das festas do "Dia de Portugal" (25 de Abril/10 de Junho), isto já após as eleições de Dezembro passado, e tratando-se de matéria que não é atribuição constitucional daquele órgão de soberania, mas sim do Governo, onde deveria ter sido tratada em nível dos Secretários de Estado da Emigração, dos Negócios Estrangeiros e da Cultura. Veja-se, aliás, a propósito, a esclarecedora entrevista concedida pelo deputado pela emigração pela AD, eleito pelo círculo da Europa, Teodoro da Silva, ao semanário "Tempo" do passado dia 13 de Dezembro.

Mas, as fundadas apreensões dos emigrantes, que nos escrevem, baseiam-se, ainda, nas lamentáveis experiências vividas em anos anteriores, com similares "organizações" do conselheiro revolucionário Vitor Alves, que transmitiram ao Mundo a imagem de Portugal como país poluidor de oceanos e violador das correspondentes normas de Direito Internacional (lançando milhares de garrafas ao mar...) e deram aos emigrantes portugueses não o que eles verdadeiramente necessitam e justamente anseiam, mas tristes demonstrações de pura agitação política divisionista, sectarismo, incoerência e esbanjamento dos mgros recursos financeiros nacionais, através de espectáculos encenados por mi-

norias políticas locais para exclusivo gáudio de assistências reduzidas a escassas dezenas de presentes...

São os casos concretos ocorridos na Holanda, citados na carta dos referidos emigrantes, que apontam as deslocações àquele país, em 1978 e 1979, dos conselheiros da revolução Vasco Lourenço e Pezarat Correia, respectivamente, os quais, acompanhados das esposas e chefes de gabinete, foram dar "show" político para uma escassíssima minoria de portugueses à custa do esforço de todos os outros (incluindo os emigrantes), que pagam esforçadamente estas viagens e estadias.

Quanto ao espírito e objectivos que nortearam a deslocação aos Países-Baixos do conselheiro Vasco Lourenço, bastará ler as declarações por si prestadas no nome das eleições intercalares na Fundação Gulbenkian ("faço votos para que os emigrantes tenham corrigido, desta vez, possíveis erros cometidos em eleições anteriores"), que são suficientemente esclarecedoras das suas intenções de apropriação ilegítima da consciência dos emigrantes. De salientar, igualmente, o "espectáculo" dado em 1979 pelo coronel Pezarat Correia, numa agremiação de emigrantes portugueses totalmente dominada e publicamente reconhecida como instrumento exclusivo do PC (Associação Resistência e Trabalho, de Amesterdão), o qual, perante o embaixador e o cônsul-geral de Portugal, bem como uma limitada assistência de sete dezenas de emigrantes, criticou ampla, longa e ilegítimamente (atendendo ao seu cargo) a acção do então Governo Mota Pinto, nomeadamente no campo da chamada reforma agrária — identificando-se claramente com as posições comunistas, tendo chegado ao cúmulo do descaramento e da incoerência ao afirmar que no 25 de Novembro de 1975 se

tinha enganado na opção tomada... e tinha escolhido o campo errado! (A este propósito, os emigrantes na Holanda perguntam: "Sr. Pezarat Correia! O Conselho da Revolução é actualmente constituído, teoricamente, pelas forças político-militares vitoriosas no 25 de Novembro. Se o sr. se enganou, que está lá a fazer? Porque não se demite? Prefere ser submarino que só vem à superfície nas águas turvas dos canais de Amesterdão?")

Ora, os emigrantes portugueses exigem paz, segurança, trabalho e compreensão e resolução dos problemas concretos que afectam a sua grande maioria (ensino da língua e cultura portuguesas, informação adequada, melhoria de serviços consulares, garantia da estabilidade dos seis postos de trabalho e regalias sociais, etc.) e rejeitam decididamente este tipo de actuação apenas dirigida a poucas dezenas de compatriotas sectários e não representativos das Comunidades Portuguesas no estrangeiro.

Por isso, do número exíguo de deputados que lhes foram "oferecidos" — 4 —, escolheram 3 da AD. Por isso, votaram na mudança e entregaram 75% da sua representação à Aliança Democrática. Por isso, perguntam, legitimamente, que vai fazer, em 11 de Janeiro de 1980, o coronel Vitor Alves à Holanda. E apelam para o Governo recentemente empossado no sentido de praticar imediata e enérgicamente o seu programa, moralizando os gastos públicos através da sua correcta aplicação às necessidades e interesse geral e que não frustre as esperanças nele depositadas, nem o sentido inequívoco do voto de Dezembro passado. "Conselho de Revolução a coordenar e monopolizar as comemorações do "Dia de Portugal e das Comunidades Portuguesas. NÃO, OBRIGADO!" — dizem-nos a concluir a sua missiva.

Fundação Cuidar o Futuro



# Como civil, sinto-me mais porta-voz do Governo junto das Forças Armadas do que a inversa

P.L. — Houve reacções no meio militar àquela medida do Governo Português? (AFGANISTÃO)

A.C. — As relações entre o Ministro da Defesa e as Forças Armadas em Portugal obedecem a um estatuto peculiar.

As Forças Armadas são independentes do Governo têm os seus órgãos próprios de direcção política, e nessa medida não há um contacto regular, institucionalizado na lei, entre as Forças Armadas e o Governo.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros teve o cuidado de informar o Ministro da Defesa, antes da publicação da nota oficiosa que o Primeiro-Ministro e o Ministro dos Negócios Estrangeiros decidiram elaborar. Isso tem alguma coisa a ver com o estatuto do Ministro da Defesa neste Governo: é que se, neste momento, em Portugal o Ministro da Defesa não tem responsabilidades sobre as Forças Armadas, mas sendo um civil tem obrigações suplementares em termos de disponibilidade de informação, caso ela venha a ser necessária.

Se um militar como Ministro da Defesa se sentia mais como porta-voz das Forças Armadas junto do Governo, ou como seu agente, um

civil tende a sentir-se, ao contrário, mais como agente ou porta-voz do Governo junto das Forças Armadas do que a inversa.

P.L. — É nesse sentido que interpreta o cargo que desempenha?

A.C. — É, embora sem ambições excessivas quanto àquilo que será possível conseguir, daqui até ao momento da revisão constitucional, em termos de preparação da consciência geral das principais intervenientes no sentido da subordinação da instituição militar ao poder civil.

## Depois da revisão constitucional, as F.A. devem depender do Governo

P.L. — Pedia-lhe que esclarecesse melhor a relação que entende dever existir entre as Forças Armadas e o Governo depois da revisão constitucional.

A.C. — Antes mesmo da revisão constitucional, temos de equacionar um problema importante: no dia em que for promulgada pelo Presidente da República, em 1981 provavelmente, a lei da revisão constitucional, que acontece às Forças Armadas?

Nesse dia, desaparecem as estruturas de direcção política autónoma das Forças Armadas, desaparece o Conselho da Revolução. Mas que estruturas entretanto estão preparadas para que o comando político das Forças Armadas passe a exercer-se a partir do Governo? Não julgo que se possam improvisar tais estruturas. Seria um grave risco para a estabilidade das instituições se

não se tomarem, desde já, providências de estudo e preparação dos instrumentos necessários para que tal transição se faça de uma forma simples e sem problemas.

P.L. — Mas pensa que deve ser criado algum órgão substituto do Conselho da Revolução?

A.C. — Depois da revisão constitucional é evidente que as Forças Armadas têm que depender pura e simplesmente do Governo, através do Ministro da Defesa que estiver em funções na altura.

P.L. — Isso é o "depois" e há o "antes". Mas eu queria perguntar-lhe se no "durante" o órgão político-militar que é o CR não poderá criar momentos de crise ou impasse político, na medida em que tem poder para vetar por inconstitucionalidade leis da Assembleia?

A.C. — O Conselho da Revolução é um dado inevitável da lei constitucional portuguesa. Não considero que seja possível proceder à sua extinção, ou ao seu desaparecimento, antes da revisão constitucional.

## Um voto que pode ser piedoso

Daqui até à revisão constitucional, só posso formular um voto, que os leitores interpretarão como mais ou menos piedoso, que é o de que as relações entre dois órgãos de soberania, ou melhor, três — a Assembleia da República, o Governo, e o Conselho de Revolução — possam ser pautadas por princípios constitucionais e democráticos.

Compreender-se-á que me abstenha de fazer considerações acerca dos projectos políticos próprios de algum Conselheiro da Revolução; a minha obrigação é considerar o órgão no seu todo e formular este voto, que creio que corresponderá de facto àquilo que virá a ocorrer.

(...)

## O DISCURSO DO PR DEVE SER ENCARADO PELO GOVERNO COMO DE GRANDE DESAFIO

PL — Foi muito comentado, na opinião pública, o discurso do Presidente da República na posse deste Governo. Para além do facto

de, ao contrário do que até aqui tem sucedido, ter sido o Primeiro-Ministro a falar primeiro e o Presidente da República a falar depois, o discurso do Presidente foi absolutamente contrário ao do Primeiro-Ministro. Queria saber se, como Ministro, se quer pronunciar sobre o discurso, ou se ele foi comentado pelo Governo.

AC — O discurso de sr. Presidente da República consente leituras que não são coincidentes com aquelas que se podem fazer do discurso do sr. Primeiro-Ministro.

Essas divergências tornam-se mais salientes se sublinharmos os ângulos optimistas e pessimistas que apareceram num e noutro discurso. O discurso do sr. Presidente da República rescende optimismo, quanto ao passado e quanto à situação em que nos encontramos no presente; o do Primeiro-Ministro é, a meu ver, mais realista, uma vez que procura colocar as questões e as realidades actuais com maior equilíbrio.

Nada em política acontece por acaso. O discurso de sr. Presidente da República teve o mérito de ser sincero. Julgo que constituiu uma justificação tendencialmente objectiva da fórmula de Governo da iniciativa presidencial que quis adoptar anteriormente.

PL — Não terá constituído antes uma confissão de quem teve que aceitar, contrariado, a formação deste Governo?

AC — Muita gente temeu que em Portugal, a relação conflitual entre o Primeiro-Ministro e o Presidente da República existisse por culpa do Primeiro-Ministro, isto é, houve quem pensasse que dadas as posições partidárias assumidas pelo dr. Sá Carneiro, fosse ele provavelmente o autor das iniciativas que viessem a dificultar a relação entre os dois órgãos de soberania, o Governo e o Presidente da República. Curiosamente aconteceu o contrário.

A iniciativa de produzir uma declaração política exigente para o Governo, criando-lhe um quadro de referência mais apertado, partiu justamente do sr. Presidente da República. Eu suponho que temos que encarar esta questão com optimismo. Não farei, como o sr. dr. Mário Soares um dia, em 25 de Abril de 77. Não direi como ele que "não enfiamos a carapuça". Mas creio que o discurso do Presidente da República deve ser interpretado pelo Governo numa forma responsável. Isto é, como um grande desafio à sua capacidade realizadora. (...)

## O ideal para a candidatura à Presidência da República seria um militar do activo disposto a passar à reserva

(...) É bom não esquecer que, durante algum tempo, o Presidente eleito em Dezembro de 80 será simultaneamente Presidente do Conselho da Revolução, e essa qualidade terá naturalmente um papel militar a desenvolver.

PL — Mas isso seria só por uns meses, na hipótese de uma lei de revisão rapidamente aprovada...

AC — É precisamente um período dos mais delicados, justamente o período que antecede a transição das Forças Armadas da posição de autonomia relativa em que se encontram hoje para uma posição de subordinação em relação ao poder civil. Esse período tem de ser muito acautelado e tem de ser conduzido com mão segura e sem falhas. Doutra forma, poderão criar-se factores, hoje em dia insuspeitáveis, da instabilidade.



&lt; GOMES TEIXEIRA &gt; ESTRUTURA-SE

# CARLOS AZEREDO ASSESSOR MILITAR DE SÁ CARNEIRO



Na Presidência do Conselho, agora com todos os seus serviços a funcionarem praticamente no edifício da Rua do Prof. Gomes Teixeira, muita e afadigada é a tarefa de estruturação dos vários «staffs» do primeiro-ministro, dr. Francisco Sá Carneiro.

Muitos são os problemas em equação — o menor dos quais não é, certamente, o surgido com o sismo dos Açores — e para os quais a Presidência do Conselho tenta encontrar uma pronta solução, independentemente de procurar para os lugares certos os homens certos. Será, por exemplo, o caso específico do assessor militar do primeiro-ministro, cargo sem dúvida importante pela responsabilidade inerente, e que tudo leva a crer venha a ser ocupado pelo coronel Carlos Azeredo. Atendendo à «óptima colaboração que sempre houve entre Carlos Azeredo e Sá Carneiro, tudo se inclina para que assim aconteça». E o nosso informador acrescentaria que só uma incompreensão da hierarquia militar, neste caso do C.E.M.E., «impossibilitaria a concretização de um ponto assente».

Fundação Cuidar o Futuro

## Sindicato critica Estatuto o diário do pessoal civil das Forças Armadas

14 de Janeiro de 1980

A direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Sul e Açores manifesta-se em comunicado divulgado na passada sexta-feira, contra o «Estatuto de

Pessoal» civil dos departamentos fabris das Forças Armadas.

A direcção «declara firmemente que não aceitará que se modifiquem, de forma alguma, o exercício integral dos direitos constitucionais para estes trabalhadores e designadamente os direitos de associação sindical em defesa dos seus interesses».

Após lembrar que, desde 1978, àqueles trabalhadores são colocadas dificuldades ao exercício dos seus direitos constitucionais em matéria de actividade sindical, a direcção do Sindicato dos TFP afirma que «a aprovação recente do «Estatuto de Pessoal» levanta justas apreensões aos trabalhadores e ao Sindicato que os representa, obrigando

a encarar, após a sua publicação e estudo, a hipótese de pedido de análise da sua constitucionalidade».

«Finalmente — constata a mesma direcção sindical — encontrando-se por estabelecer/definir matérias extremamente importantes quanto a direitos, deveres e garantias, faltas e licenças, regime disciplinar dos trabalhadores da Função Pública, o Estatuto de Pessoal ora aprovado contém certamente muitas lacunas e permite a continuação da aplicação de disposições legais que vêm já desde 1932 (com todas as conotações político-ideológicas daí advinentes), bem como, por outro lado, faz deferir a regulamentação de muitas matérias para a via meramente administrativa».

## Vasco Lourenço responde a intrigas

Os ataques ao Conselho da Revolução, órgão constitucional e cuja raiz é a própria raiz da democracia portuguesa, não cessam por parte de alguns resíduos dos antigos servidores de Salazar, de Caetano e dos monopólios. Não se trata do confronto de ideias ou da distanciação de posições. É a intriga e infâmia de baixo nível, como a notícia que na secção «Ditos & Factos» de «A Tarde» (ex-«Jornal Novo») foi publicada acerca de Jaime Neves e Vasco Lourenço, e segundo a qual aquele vespertino, a propósito de uma foto publicada nas suas colunas, teria apurado em «fontes próximas do coronel Jaime Neves» que «o comandante do Regimento de Comandos da Amadora há pelo menos quatro anos que não mantém relações pessoais, de qualquer tipo, com o major Vasco Lourenço, só se cruzando com o dito conselheiro (da Revolução) em cerimónias ou recepções oficiais».

«DL» pediu um comentário ao major Vasco Lourenço que fez apenas a seguinte declaração: «Ao ver a foto publicada, há dias, confesso ter ficado admirado com o facto de um pasquim como «A Tarde» se ter preocupado comigo ao ponto de publicar uma foto tirada já há alguns anos, hoje constato a razão de ser da iniciativa: pretendem essas publicações expedientes para viver de onde me mereçam o mais profundo desprezo. Em tempo: os donos do referido pasquim e as forças que o sustentam têm razão ao considerarem-me seu adversário. Podem estar certos de que continuarei a lutar pelos ideais de Abril, e, portanto, contra os interesses defendidos por pasquins como «A Tarde». Os cães ainda ladram, agora com maior arrogância — mas a caravana ninguém a detém».



# Lista de oficiais em "situação indefinida"

Está a causar alguma apreensão em certos sectores do Exército a alegada existência de uma lista de oficiais, cuja situação militar se encontra indefinida na sequência dos acontecimentos de 25 de Novembro de 1975, lista essa que estará a ser objecto de apreciação por parte das Regiões Militares para colocação dos referidos oficiais.

a «oportunidade» de colocação dos militares citados na referida lista. Esta, dividida por Armas, teria sido elaborada, porém, sem a participação das direcções das Armas.

## Lei da Amnistia

Por outro lado, o EME deu já instruções às Regiões Militares no sentido de ser dado cumprimento à Lei da Amnistia publicada em Novembro último. Na Região Militar de Lisboa, concretamente, realizou-se já uma reunião com oficiais da respectiva Repartição de Justiça, tendo sido decidido arquivar todos os processos da PJM que vinham já com essa indicação, alguns dos quais aguardavam há mais de um ano um despacho nesse sentido.

A lista, inicialmente elaborada pelo vice-chefe do EME, general Duarte Silva, mas posteriormente ampliada pela 2.ª Repartição do EME, continha nomes de oficiais suspensos de funções e de outros que, embora em actividade, têm processos na PJM e no Conselho Superior de Disciplina, e teria sido já discutida na Região Militar de Lisboa durante uma reunião com o respectivo comandante, o chefe do Estado-Maior do Quartel-General e comandantes das unidades.

Numa segunda fase de aplicação da Lei, os restantes processos irão ser analisados pelos juristas da RML com o objectivo de determinar se efectivamente cabem no âmbito da amnistia.

De acordo com as mesmas fontes, o objectivo da reunião, que deverá ter seguimento noutras Regiões Militares, terá visado analisar

# Por causa de exposição "desrespeitosa" Oficial da FA já saneado apanha 15 dias de prisão

O capitão Nuno Santos Silva, da Força Aérea estava esta manhã preso no Hospital da Força Aérea a cumprir uma pena disciplinar de 15 dias de prisão que lhe foi imposta pelo Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general Lemos Ferreira.

serva compulsiva, na sequência de um dos processos de saneamento que correu pelos Conselhos Superiores de Disciplina.

Posteriormente, enviou uma exposição ao CEMFA, supõe-se que de reclamação, da qual enviou cópia ao Conselho da Revolução. Esta exposição foi considerada por Lemos Ferreira como «desrespeitosa» e terá dado origem à pena agora aplicada ao militar na reserva.

Aquele oficial, que foi um dos subscritores do Verão de 1975 do «Documento do COPCON», foi passado há seis meses à re-

*Frentes*



## OTELO PROSEGUE CONTACTOS

Continuam a bom ritmo as diligências do Major Otelos Saraiva de Carvalho com vista ao lançamento público da Força de Unidade Popular. O projecto de Declaração que servirá de base à estruturação inicial do movimento, até à 1.ª Conferência, encontra-se já em circulação entre as direcções de diversas forças políticas da esquerda não reformista e também entre várias personalidades independentes desta área. Como noticiámos oportunamente, Otelos procura recolher o mais vasto leque de opiniões e sugestões no sentido de tornar a sua proclamação a mais ampla expressão da convergência de opiniões e preocupações da área revolucionária. Não é impossível que ainda antes do final desta semana o Major Otelos reúna um encontro multilateral as direcções daquelas organizações no sentido de apreciar os seus pontos de vista sobre o referido documento e discutir os traços essenciais de um acordo político que consagre o apoio daquelas formações políticas ao lançamento da FUP.

Simultaneamente, Otelos tem acedido a participar em diversas iniciativas de trabalhadores tendo em vista ouvir e apreciar igualmente os pontos de vista daqueles que, segundo a sua própria expressão, constituem o alicerce fundamental da FUP, isto é "a massa de trabalhadores revolucionários que não se reconhece nos partidos tradicionais da esquerda reformista." Neste âmbito, Otelos estará amanhã, dia 12, em Queluz pelas 21,30h. para participar num encontro realizado nos Bombeiros Voluntários, iniciativa da Comissão Local de Apoio a Otelos, e onde este exporá "a sua alternativa revolucionária para Portugal e em particular a sua plataforma de Unidade Popular para as eleições de 1980."



# Otelos "colunista" em jornal diário

O major Otelos Saraiva de Carvalho foi convidado a escrever, semanalmente, uma «coluna» no diário «Portugal Hoje», sob o nome de fonte digna de crédito.

Entretanto, e segundo a mesma fonte, aquele oficial tem trabalhado activamente na elaboração de um manifesto de «unidade popular», com vista às eleições gerais de 1980. Este documento poderia, até, ser já apresentado, no decurso de uma conferência de Imprensa, a realizar no final deste mês.

Gramsci. O antigo comandante do COPCON participará, no dia 14, na livraria do FNAC, no Forum dos Halles, num debate sobre o livro do almirante Sanguinetti «M. como Militar».

No dia 15, proferirá uma conferência, na Sorbonne, sobre «As mudanças político-militares em Portugal depois do 25 de Abril, a situação actual e as saídas possíveis», a convite do Centro de Estudos de Política de Defesa. Após os encontros, nos dias 16 e 17, com François Mitterrand, Michel Rocard e Jean Pierre Chevènement, secretários do Partido Socialista Francês, e com a direcção do PSU, proferirá, a 17, uma nova conferência, agora sobre «Emigração — causas e consequências em Portugal», e presidirá, a dois comícios, um, a 18, na Mutualité sobre a situação política em Portugal, e outro para os imigrantes portugueses, a realizar na noite do dia 16 ou 17.

## Encontro com Mitterrand

Por outro lado, e de acordo com notícia da ANOP, Otelos Saraiva de Carvalho terá conversações com François Mitterrand e outros dirigentes do Partido Socialista Francês, durante uma viagem que efectuará a Paris, na próxima semana, a convite do Instituto António



Otelos S. de Carvalho Encontro com Mitterrand

# MILITARES MODERADOS CONTRA TRIUNFALISMO DO DISCURSO DE EANES

O discurso proferido pelo presidente da República, aquando da posse do VI Governo Constitucional, causou mau estar nos militares moderados, quer pelo seu tom triunfalista, quer pelo propósito de criar dificuldades ao Executivo de Sá Carneiro.

Também as afirmações respeitantes à política externa foram considerados infelizes, nomeadamente na abordagem do caso do Afeganistão em que o general Ramalho Eanes defendeu, ou deu a entender, a prática de ecumenismo político sugerido de uma neutralidade que, segundo os mesmos

militares, «não pode haver e é equivocada, até porque influenciada pelas teorias de Melo Antunes que, mesmo não tendo comparecido ao acto de posse, acabou por estar presente pela boca do presidente». Os militares moderados, que ainda recentemente triunfaram em quase toda a linha (a excepção de Engenharia, como que confirmará a regra) nas eleições para os conselhos de armas do Exército cuja homologação foi feita anteontem e de imediato entram em funções, nas suas críticas ao discurso de Eanes põem a tónica, sobretudo, no facto de o presidente «se ter colocado praticamente na oposição ao novo Governo,

quando se não lhe queria dar o apoio, se deveria ter distanciado em termos minimamente correctos». Entretanto, há uma certa expectativa, na área militar, quanto aos nomes dos elementos das Forças Armadas que irão ser chamados aos diversos departamentos governamentais como assessores. Mas, quanto soubemos é ideia generalizada que Sá Carneiro não deixará de optar por militares que marquem uma atitude de oposição ao poder do Conselho de Revolução e garantam uma perfeita ligação entre o Governo e as Forças Armadas.

Reacções ao discurso de Eanes

## Militares democratas contra tom triunfalista

O controverso discurso do Presidente da República, general Ramalho Eanes, no acto de posse do novo Governo, continua a suscitar reacções negativas por parte de sectores diversificados da sociedade portuguesa, o que poderá ser sintoma de que novos dados de clarificação se insinuam no horizonte político português.

Juntando-se à Aliança Democrática e aos largos estratos sociais que lhe estão próximas, eis que é agora a vez de militares democratas virem manifestar o seu desagrado pelo tom triunfalista das palavras de Eanes, que mais não visariam do que criar dificuldades ao Executivo de Sá Carneiro, ao apresentarem uma versão do momento económico demasiado optimista em relação à real situação existente.

Este mal-estar dos referidos militares foi já veiculado por um jornal nortenho, no qual se referia também que as alusões do Presidente da República à política externa foram consideradas infelizes, nomeadamente na abordagem da situação no Afeganistão, em que o general Ramalho Eanes defendeu, ou deu a entender, a prática de um "ecumenismo político" sugerido de uma "neutralidade".

Segundo os mesmos militares, de cuja posição se faz eco o referido jornal, tal "neutralidade" é "equivocada, até porque influenciada pelas teorias de Melo Antunes que, mesmo não tendo comparecido ao acto de posse, acabou por estar presente pela boca do presidente".

Outro aspecto que teria desagradado aos militares em questão, foi o facto de o Presidente "se ter colocado na oposição ao novo Governo, quando, se não lhe queria dar o apoio, se deveria ter distanciado em termos minimamente correctos".

Fundação Cuidar o Futuro



# Movimento de apoio à candidatura de Pires Veloso

A TRIBUNA — Segunda-feira, 7.1.80

Esteve reunido neste fim-de-semana, em Coimbra, o conselho nacional do MAVE, movimento de apoio à candidatura do brigadeiro Pires Veloso às próximas eleições presidenciais. No decorrer dos trabalhos foram tomadas diversas decisões de fundo para a vida interna do movimento de que destacamos: 1.º — A discussão e aprovação do organograma central que vai enquadrar toda a estrutura concelhia já em movimento; 2.º A criação do MAVE juvenil, dado o grande interesse manifestado pela juventude do País; 3.º — A nomeação formal da comissão de trabalho para a região do Centro, a qual se encon-

tra já em laboração; 4.º — A montagem do gabinete de Imprensa e Divulgação, o qual será dirigido por um jornalista.

Foi, ainda, dado conhecimento aos participantes da próxima inauguração da sede do MAVE em Lisboa, bem como da grande afluência de aderentes ao movimento que tem chegado aos postos de recepção já existentes.

Como se sabe, a decisão de Pires Veloso se candidatar às próximas eleições presidenciais foi oficialmente divulgada no decurso de uma conferência de Imprensa do respectivo movimento de apoio no dia 28 de Novembro último. Então

constituiu-se um movimento que adoptou a sigla MAVE, o qual se havia formado notarialmente em 26 de Outubro no Porto. Os elementos constituintes «sem especiais preocupações de representatividade ou preconceitos» conforme então foi divulgado em comunicado do MAVE dizem que esta associação, que vive das suas quotas mensais e de ofertas de donativos, surgiu da «fácil congregação de um punhado de amigos íntimos do brigadeiro Pires Veloso (os necessários, para a sua legalização) e tem-se desenvolvido com a participação de quantos se sentem irmanados no mesmo ideal de servir o País».

O DIA 8 JANEIRO 1980

## Azevedo mantém candidatura a PR

O almirante Pinheiro de Azevedo demitiu-se da presidência da assembleia geral da Rádio e Televisão Independente (RTI). O antigo Primeiro-Ministro considera que o exercício daquele cargo é incompatível com a sua candidatura à Presidência da República.

Fundação Cuidar o Futuro

PortugalHOJE / Sábado, 12 de Janeiro de 1980

## «AD» recua em matéria militar

O ímpeto antimilitarista da «AD» já desapareceu ao fim de oito dias no Poder. Cedendo a pressões militares (registe-se que alheias a Belém) a coligação governamental retirou os pedidos de ratificação de alguns decretos do Governo PintoSilgo que afetavam interesses das Forças Armadas.

Um dos diplomas contempla a reestruturação do serviço de extinção da Pide-DGS. Outros, referem-se a abonos aos militares em serviço no estrangeiro e a passagens à reserva e à reforma de militares do quadro permanente.

Foi igualmente retirado o pedido de ratificação de um decreto que actualiza os limites relativos às despesas com obras e aquisição de

bens e serviços, que podem ser autorizados pelo administrador do Arsenal do Alfeite. Todos os diplomas citados correspondem a solicitações formuladas pelas Forças Armadas, no sentido de serem resolvidos diversos problemas de natureza funcional e organizativa, ou de serem melhoradas as condições de prestação de serviço na carreira militar.

O pedido de ratificação iria comprometer a aplicação daquelas medidas e suscitou justificada indignação nos meios castrenses, que não pretendem ver a instituição militar envolvida em jogadas políticas absolutamente alheias ao interesse colectivo.



## Nossa Senhora de Blas Pinar

15 de Janeiro de 1980 / Portugal HOJE

Aparentemente, causou algum escândalo a entrevista que Blas Pinar, dirigente do movimento de extrema-direita «Fuerza Nueva», concedeu ao subdirector do Canal 2 da RTP, Joaquim Letria, para o programa «Tal e Qual».

Esse escândalo não resultou do facto da televisão de Estado de um país democrático ter entrevistado um homem que se opõe à democracia eia própria.

Esse escândalo resultou do picante de essa entrevista ter sido concedida sob a condição de ser filmada tendo como pano de fundo permanentemente o santuário de Fátima.

Esse escândalo resultou do facto de a RTP ter aceite essa imposição.

Esse escândalo resultou do facto de a RTP sem preparar política e moralmente os telespectadores, sem enquadrar o entrevistado e o facto sociopolítico que ele irrecusavelmente é, ter bombardeado milhões de católicos portugueses com a identificação abusiva da ideologia antidemocrática com Fátima.

É que, sendo normal que a televisão de um Estado democrático ouça, e dê a ouvir, quantos são notícia, por mais lamentavelmente que a sejam, não é normal que uma televisão responsável aceite, nestas condições, esta chantagem.

Somos dos que crêem, como o subdirector do Canal 2 da RTP, que o jornalismo não deve calar os acontecimentos.

Somos, no entanto, também, dos que crêem que o jornalismo, sendo um registo tem de ser um registo crítico.

Somos, ainda, dos que crêem que o jornalismo mais elementarmente competente, quando lança, aos olhos de dois

ou três milhões de portugueses mal informados sobre a situação em Espanha, uma entrevista com um chefe partidário desse país, deve enquadrar essa entrevista com dados esclarecedores, histórica, política e moralmente esclarecedores.

Isto é, a «condição Fátima», que Blas Pinar violenta mas habilmente pôs, só devia ter sido aceite se esse abuso, essa chantagem, essa tática psico-social, tivessem sido completamente expostos e desmontados perante os milhões de telespectadores portugueses. Se tivesse sido explicada, antes, ou depois, ou durante a entrevista, o que pretendia Blas Pinar ao sobrepor o seu rosto, a sua violência, a sua ambição, o seu projecto, a um santuário católico.

Nada, disso aconteceu. O que sucede por parte de um profissional com o passado e a experiência do subdirector do Canal 2..

Um Joaquim Letria suave limitou-se a referir o porquê de Fátima.

O facto é que Blas Pinar impôs à RTP condições que a RTP aceitou.

O facto é que um homem fez, na moldura do santuário de Fátima, perante milhões de católicos portugueses, a apologia dos princípios antidemocráticos.

O facto é que a RTP não enquadrou essa entrevista com a clareza informativa, o rigor crítico, o diagnóstico moral que se impunham.

O facto é que Blas Pinar é uma presença fortíssima e o subdirector do Canal 2 pouco mais fez do que acolitá-lo, de microfone em punho, pouco mais foi do que um sacristão tecnológico.

O facto é que Blas Pinar tirou todo o efeito que queria de uma RTP

que se comportou de uma forma moralmente frouxa e tecnicamente insuficiente.

Pergunta-se: qual terá sido o efeito desta entrevista, deste discurso, desta colagem, desta sobreposição, desta telemontagem, junto de populações extremamente sensíveis ao fenómeno Fátima e com um reduzido grau de politização?

Pergunta-se: não é isto violentar a sensibilidade religiosa deste país?

Pergunta-se: a hierarquia católica, a opinião ligada a essa hierarquia, que está tão atenta ao que a televisão faz, como reagiu ela à blaspinarização de Fátima?

Pergunta-se: se essa hierarquia e essa opinião fizerem, sobre este discurso, o silêncio, que ilações poderemos nós tirar?

Só agora todos aqueles que, pela singularidade das suas ideias e dos seus actos, conquistaram, no mundo, a notoriedade, que há, neste extremo da Europa, um país cuja televisão aceita, por qualquer preço, o seu discurso.

Do que resulta que este país corre o risco de ver, na RTP, um cantor punk com o barrete e o báculo do senhor Cardeal Patriarca.

Idi Amin, a fritar ovos na chama do Soldado Desconhecido.

Bokassa, a assoar-se à bandeira nacional.

Cabrá então a vez aos portugueses.

Aí teremos o sr. Proença de Carvalho pondo, para falar à televisão, a seguinte condição — aparecer como Presidente da RTP.

O sr. Kaulza de Arriaga, — de Chefe de Estado.

E o sr. Vasco Pulido Valente — de Tim-Tim.

Claudius



O Comércio do Porto  
Quinta-feira, 10 de Janeiro de 1980

# PRESO EM PARIS QUEM QUIZ MATAR O EMBAIXADOR DE ISRAEL (EM LISBOA)



Praticamente dois meses após o atentado contra o embaixador de Israel em Lisboa, Ephraim Eldar, algo de novo é possível saber, pese embora todo o silêncio que rodeia o caso, cujas investigações parecem ter escapado ao âmbito da polícia portuguesa, e até mesmo à capacidade de acção da Interpol, remetendo-se para a escuridão das polícias secretas, também elas por vezes actuando à margem da lei. Assim, dois novos dados chegaram ao nosso conheci-

mento, um deles perfeitamente confirmado, o outro bastante obscuro e impossível de confirmar. Quanto ao primeiro, sabe-se que a arma utilizada no atentado, e que vitimou o agente da PSP, Ildefonso Teixeira Pereira, o guarda-costas do embaixador, era uma pistola-metralhadora WZ-63 de origem polaca e de calibre 9 mm. Foram os peritos da polícia portuguesa que chegaram a tal conclusão, após aturados exames balísticos, cujos resultados nunca foram divulgados, sendo a origem e tipo da arma agora anunciados em primeira mão. Quanto ao segundo, refere-se ao paradeiro do terrorista líbio cujo retrato-robot foi divulgado pela F. J., terrorista que abandonou Lisboa (ver o jornal do dia 21 de Novembro depois do golpe de mão. O «homem loiro», componente principal do comando árabe, terá sido referenciado logo após o crime, num hotel da capital francesa, onde a Polícia lhe terá perdido o rasto por completo. Acontece, porém, que os Serviços Secretos Israelitas poderão ter logrado uma jogada de antecipação, conhecedores que eram da identidade do homem, a qual foi também fornecida às autoridades portuguesas, que nunca a divulgaram. Tal jogada de antecipação poderá ter conduzido à captura do «homem-loiro» e seu posterior transporte para Israel, às ordens dos serviços secretos deste país e à margem de qualquer actuação legal, o que terá vindo a dificultar às autoridades portuguesas e à própria Interpol o curso das investigações. É evidente que não se torna possível confirmar esta notícia, tanto mais que as circunstâncias que terão rodeado a captura se situariam à margem de qualquer procedimento legal, com desconhecimento das autoridades francesas e de acordo com os métodos utilizados pelas «Secretas», designadamente a israelita. Processo sem dúvida rocambolesco mas que não se deverá afastar muito da verdade dos factos — verdade essa que está por agora, ou para sempre, no segredo dos «deuses».

11-1-80

JN

Fundação Cuidar o Futuro

## Israelitas raptaram (em Paris) o autor do atentado contra o seu embaixador em Lisboa?

### SERVIÇOS SECRETOS FRANCESES DIZEM NÃO SABER DE NADA...

O «Comércio do Porto» publicou ontem, na sua primeira página e com grande relevo, uma notícia que, em substância, referia a hipótese de haver sido raptado em Paris, pelos Serviços Secretos de Israel, o autor do atentado contra o embaixador daquele país em Lisboa.

A AFP procedeu, por sua vez, a investigações por conta própria na capital francesa e informou de que os Serviços locais de Contra-Espionagem se mostram espantados com a revelação feita pelo nosso colega. Mas aquele departamento teria afirmado:

«Estamos pasmados mas do modo algum surpreendidos com tal informação, que cor-

responde inteiramente a determinados métodos utilizados pelos Serviços Secretos israelitas».

«E não que nos diz respeito — acrescentam da mesma fonte — os Serviços Secretos israelitas alertaram-nos, em fins de Novembro, para a eventual chegada a Paris de um árabe portador de passaporte líbio, suspeito de envolvimento no atentado contra o embaixador de Israel em Lisboa. Ora, após verificação, respondemos que esse líbio, antes mesmo de a sua presença ter sido assinalada, se limitara a passar em trânsito pelo aeroporto de Orly, prosseguindo viagem com destino que não nos foi possível determinar».